CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90017/2026
EDITAL NA PLATAFORMA COMPRASGOV Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7736/1/2026
CÓDIGO UASG: 987103
AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de São Manuel/SP, torna pública a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021, Lei Municipal nº 4730, de 8 de abril de 2025 e Decreto Municipal nº 4139 de 2024 e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/07/2026 ÀS 08H00M

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: A despesa total, estimada em R$ 1.244.888,49 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 17.512.2010.1011 – Categoria Econômica: 4.4.90.51.91.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

DÚVIDAS EM RELAÇÃO À OPERAÇÃO DO SISTEMA: consultar o sítio www.gov.br/compras/pt-br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para unificação das células existentes do Aterro Sanitário Municipal de São Manuel, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2. Será concedido tratamento diferenciado e prioridade de contratação a Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Produtor Rural Pessoa Física, Agricultor Familiar e às Sociedades Cooperativas, sediadas local ou regionalmente, conforme definidos neste Edital, até o limite de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido, desde que este seja menor ou igual ao valor de referência indicado no Anexo I, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 4730, de 8 de abril de 2025.

2.5.2.1. Este benefício não impede a participação de empresas sediadas em outras localidades.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Será· admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no(s) item(ns) exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. no(s) item(ns) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo: Valor Total Geral.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. ***Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.***

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo Valor Total Geral.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 100,00 (cem reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. Será adotado para o envio de lances nesta licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de disputa, e iniciada a etapa de julgamento das propostas, será verificada pelo Agente de Contratação a aplicabilidade do benefício da regionalidade nos moldes do Art. 3º da Lei Municipal n. 4730/2025, da seguinte forma:

5.19.1. Será concedida prioridade de contratação à Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Produtor Rural Pessoa Física, Agricultor Familiar e às Sociedades Cooperativas, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

cento) superior ao melhor preço válido, desde que este seja menor ou igual ao valor de referência indicado no Anexo I.

5.19.2. Entende-se como âmbito local ou regional, sucessivamente:

5.19.2.1. Âmbito local: Município de São Manuel/SP;

5.19.2.2. Âmbito regional: Municípios limítrofes de São Manuel: Barra Bonita, Igaraçu do Tietê, Mineiros do Tietê, Dois Córregos, Botucatu, Pratânia, Areiópolis e Lençóis Paulista;

5.19.2.3. Microrregião de São Manuel;

5.19.2.4. Municípios que integram o Consórcio Multifinalitário Pólo Cuesta: Anhembi, Avaré, Bofete, Botucatu, Itatinga, Pardinho, Pratânia e São Manuel;

5.19.2.5. Estado de São Paulo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (Anexo II) ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital,

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme Súmula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e parágrafos 4º e 5º do artigo 156 da Lei Federal 14133/2021 mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Listas de Inidôneos, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, observado o disposto no item subsequente.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

7.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

7.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5764/1971;

7.2.8. **As empresas consorciadas** deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, contemplando no mínimo as seguintes informações:

a) Denominação do Consórcio;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

b) Qualificação dos consorciados;

c) Organização e objetivos dos consórcios, a saber, a participação das empresas consorciadas na presente licitação;

d) Composição do Consórcio, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;

e) Indicação da empresa líder do consórcio;

f) Compromisso de que as consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato;

g) Outorga de poderes à empresa líder para figurar como única representante legal do Consórcio perante a Prefeitura Municipal de São Manuel/SP, com poderes para tomar decisões e assinar em nome do Consórcio.

7.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.6. Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11

7.3.7. Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

7.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

7.3.8. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal. Os proponentes deverão apresentar a declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

7.3.9. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

7.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.4. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 3 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.2.1. Juntamente com as demonstrações exigidas neste item a licitante deverá apresentar a cópia das folhas de abertura e encerramento dos livros, assinado por profissional técnico legalmente habilitado.

7.4.2.2. É vedada a substituição das demonstrações exigidas por balancetes.

7.4.2.3. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

7.4.2.3.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

7.4.2.3.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

7.4.2.4. Para as empresas que fazem sua escrituração através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital) poderão apresentar as demonstrações digitais, acompanhadas do respectivo Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital).

7.4.2.5. A demonstração da aptidão econômica do licitante deverá ser comprovada de forma objetiva, nos termos do Art. 69, da Lei Federal nº. 14.133/21, e será aferida observando-se o resultado obtido da

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

aplicação dos seguintes índices econômicos-financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial, calculados com duas casas decimais:

7.4.2.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1. Deverá ainda, possuir Grau de Endividamento Geral igual ou menor que 0,90.

7.4.2.6. A licitante deverá apresentar Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

7.4.2.7. Os índices econômico-financeiros, o Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo exigido serão calculados e/ou conferidos por técnico contábil designado como equipe de apoio à licitação.

7.4.2.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.4.2.9. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.4.2.10 . Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 2, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.2.10.1 Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata o subitem acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

7.5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL**

7.5.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica comprovando o Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Para assinatura do contrato, será exigido do vencedor, caso não seja registrado no estado de São Paulo, o visto do órgão competente, autorizando a realizar contratações dentro do Estado de São Paulo.

7.5.2. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL:

7.5.2.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

> Conforme §1º do Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, "A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação".

Conforme §2º do Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, "Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados"

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTITATIVO
1	Instalação de geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD	M2	2636,76

A. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

B. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

C. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

7.5.3.1. Apresentação do(s) profissional(is) de nível superior (ENGENHEIRO ou ARQUITETO) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, sendo que o(s) atestados(s) deverá(ão) demonstrar a execução ou coordenação pretérita satisfatória de serviços (vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos, nos termos da Súmula 23 do TCESP) que envolvam características semelhantes a:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.
1	Instalação de geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD	M2

7.5.3.2. Declaração (Anexo VII) de que comprovará, após a assinatura do contrato, que o responsável técnico indicado possui vínculo com a empresa licitante nos termos da Súmula 25 do TCE/SP, através

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

de uma das opções: apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos. Tal profissional deverá participar da obra ou serviço objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme estabelecido no parágrafo sexto do Artigo 67 da Lei Nº 14.133/2021.

Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 2, para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

7.6. VISTORIA PRÉVIA:

7.6.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Edital, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

7.6.2. A vistoria ao local da obra poderá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria – contato com a Secretaria de Obras, telefone: (14) 38124400.

7.6.3. O prazo para Vistoria Técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a sessão pública.

7.6.4. Para a vistoria o representante da licitante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento com foto e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

7.6.5. A licitante que optar pela realização da Vistoria Técnica deverá apresentar a Declaração de Realização de Vistoria Técnica, conforme o modelo constante do Anexo V. Caso opte por não realizar a Vistoria Técnica, a licitante deverá apresentar a Declaração de Opção pela Não Realização da Vistoria Técnica, manifestando sua decisão de formular a Proposta Comercial sem a realização da visita, conforme o modelo constante do Anexo VI.

7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo informado pelo Agente de Contratação/Comissão no chat da sessão pública, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

7.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.23. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8. DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante declarado vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pelo e-mail informado em sua proposta, para assinar o contrato por meio de assinador próprio desta Prefeitura, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Para a assinatura do contrato, o licitante deverá abrir o e-mail recebido e acessar o link constante no mesmo e seguir o passo a passo.

8.1.2. O e-mail do licitante para a convocação do item 8.1 será o informado no item 10 da declaração geral preenchida pelo licitante. É de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

8.3. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços contratados e demais condições.

8.4. A contratação, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

8.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.6. Garantia da contratação:

8.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

8.6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1,10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. As respostas aos pedidos de impugnação ou esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados de forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@saomanuel.sp.gov.br.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de proposta comercial

Anexo III - Declaração Geral

ANEXO IV – Declaração de indicação do(s) responsável(is) técnico(s)

ANEXO V – Declaração de Vistoria

ANEXO VI - Declaração de não realização de vistoria

ANEXO VII – Ciência do Responsável Técnico

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IX - Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro, Cálculo do BDI

São Manuel, 15 de julho de 2026

ODIRLEI JOSÉ FÉLIX

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **Informações Básicas**

Número do processo: 7736/2026

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Informações Básicas

Número do processo: 7736/2026

2. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para execução de **obras de engenharia destinadas à unificação das células existentes do Aterro Sanitário Municipal de São Manuel**, conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

3. Fundamentação da contratação

3.1 Fundamentação e descrição da necessidade da contratação

A Fundamentação da Contratação é dada conforme a seguir:

A presente contratação justifica-se pela necessidade imediata de garantir a continuidade da operação do Aterro Sanitário Municipal, tendo em vista que as células atualmente existentes se encontram com sua capacidade de disposição de resíduos próxima do esgotamento, não havendo área operacional suficiente para a manutenção regular das atividades nas condições atuais.

É imprescindível, para tanto, a contratação de empresa especializada na área, com comprovada capacidade técnica, regularidade junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), para a execução integral das obras civis, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos, conforme projetos, planilhas, cronogramas e memoriais.

A disposição final de resíduos sólidos urbanos configura serviço público essencial, indispensável à saúde pública, à proteção ambiental e ao atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). A inexistência de espaço disponível para a continuidade da operação do aterro implicaria na interrupção desse serviço, com sérios riscos sanitários, ambientais e administrativos ao Município, além de potencial descumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental junto à CETESB.

Diante desse cenário, a unificação das células existentes apresenta-se como a solução técnica e ambientalmente mais adequada, permitindo o aproveitamento racional da área já licenciada, a otimização do espaço disponível e a ampliação da vida útil do aterro, sem a necessidade de abertura imediata de novas áreas ou implantação de novo empreendimento, o que demandaria processos complexos e demorados de licenciamento ambiental.

Ressalta-se que a ausência de intervenção comprometeria a continuidade do licenciamento ambiental, podendo resultar em autuações, imposição de medidas restritivas ou até na paralisação das

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

atividades do aterro por parte do órgão ambiental, com impactos diretos à Administração Municipal e à coletividade.

Assim, a contratação de empresa especializada para a execução das obras de unificação das células do aterro sanitário mostra-se imprescindível e urgente, constituindo medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a regularidade ambiental do empreendimento e a adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos do Município.

4. Descrição da solução

4.1 Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto

A descrição da solução do objeto da licitação como um todo encontra-se indicada neste Termo de Referência, Projetos, Memorial Descritivo e demais documentos anexos.

5. Requisitos da Contratação

5.1 Da Modalidade

O objeto a ser licitado, por se tratar de Serviços Comuns de Engenharia, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica.

O critério de julgamento a ser adotado será o de “Menor Preço Global”.

5.2 Da prestação dos serviços

Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e elencados no edital e no presente documento, conforme tópicos específicos.

5.3 Segurança do trabalho

Os itens de segurança do trabalho serão apenas durante o processo de execução.

As exigências relativas à Segurança do Trabalho serão verificadas apenas durante a execução do Contrato, não sendo critérios de habilitação do edital.

A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente sobre Segurança do Trabalho, em especial o que determina a Portaria Ministerial no 3.214, de 08/06/78, do Ministério de Trabalho, e suas alterações, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras, observando-se suas versões mais recentes.

A CONTRATADA deverá manter um sistema de gestão de segurança e medicina do trabalho, condizente com as Normas Regulamentadoras e com a legislação vigente. Além disso, quando necessário, deverá manter a presença de engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de segurança do trabalho, quando do cumprimento das ações/medidas de segurança e de eventual acompanhamento na execução das atividades de risco, conforme normas regulamentadoras e legislação vigente.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes, pela prevenção de incêndios e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e as determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

A CONTRATADA deverá designar um colaborador para acompanhar e para adotar as medidas necessárias para atendimento de seus colaboradores acidentados ou acometidos por mal súbito. Os colaboradores devem possuir seguro de vida para que todos tenham cobertura de acidentes, morte e invalidez.

São de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e a fiscalização do uso obrigatório dos equipamentos necessários para o desempenho dos serviços. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade, de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor. Para a realização dos serviços, os funcionários deverão estar munidos de vestimenta, equipamentos e demais elementos de proteção adequados.

Esta municipalidade poderá exigir o uso dos mesmos conforme rotinas de fiscalização do Setor de Segurança de Trabalho. Logo, a CONTRATADA deverá atender às solicitações oriundas da equipe técnica da segurança do trabalho da prefeitura em casos de desconformidade, ou quando necessário.

A CONTRATADA deverá realizar toda a sinalização necessária para trabalho.

A CONTRATADA deve estar com todos os funcionários devidamente registrados de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários, atos por eles praticados, e ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados ao Ente Público/Município ou a terceiros, quanto a seus bens e pertences, tanto durante a operação de trabalho quanto no deslocamento dos equipamentos, funcionários e dos resíduos das operações objeto deste contrato.

A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter a sinalização e o isolamento dos locais de trabalho, inclusive, quando necessário, na via pública, de forma a prevenir danos pessoais ou materiais. Tais elementos devem atender rigorosamente a legislação e as normas pertinentes e aplicáveis.

5.4 Subcontratação

A subcontratação será melhor detalhada em edital.

5.5 Garantia da contratação

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.6 Obrigações da Contratada

Compete à CONTRATADA:

- A empresa contratada deverá apresentar a respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra e o CNO - Cadastro Nacional de Obras (esta quando aplicável);

- Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

- Garantir a qualidade dos serviços e a conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT;

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os serviços, equipamentos e materiais efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

- É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos materiais relacionados no objeto desta licitação bem como da complexidade do fornecimento e execução dos serviços que correm às expensas do contratado;

- Executar os serviços objeto deste Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;

- Realizar e repassar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado;

- Fornecer todas as orientações, os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes deste Termo de Referência;

- Fornece todo o pessoal técnico especializado necessário a fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;

- Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante;

- Entregar os serviços, objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

- Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados;

- Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado o perfil básico exigido neste Termo de Referência;

- Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante;

- Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Contratante;

- Executar os serviços com a devida cautela, de forma a garantir a segurança de informações, dados e equipamentos da Contratante;

- Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, qualquer alteração de execução prevista neste termo;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas.

- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de atos praticados por seus colaboradores de forma culposa ou dolosa, e mesmo omissão destes na execução dos serviços, cujos efeitos impliquem risco para a segurança ou prejuízo para o serviço, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização do CONTRATANTE no acompanhamento destas atividades.

- Deverá apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, informações, esclarecimentos e comprovantes referentes ao pagamento de salários e benefícios, às apólices de seguro contra

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

acidentes de trabalho e à quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, dentre outros, relativas aos seus colaboradores alocados na prestação dos serviços.

- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

- Compromete-se, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública.

- Atender às exigências da legislação municipal, inclusive à que eventualmente surgir ou for modificada posteriormente à data da contratação.

5.7 Obrigações e responsabilidades do Contratante

Cabe ao CONTRATANTE:

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

- Emitir a Ordem de Serviço;

- Expedir atestado de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;

- Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos serviços objeto do Contrato;

- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;

- Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- Fiscalizar e acompanhar os serviços, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste instrumento, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

- Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

- Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

- Transmitir à CONTRATADA, as instruções necessárias à realização dos serviços, complementares a este documento;

- Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com seus empregados;

- Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços;

- Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

– Cumprir as obrigações previstas em contrato;

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;

- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.8 Prazo do contrato

O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES** contados da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

5.9 Visita técnica

A visita técnica, na fase de habilitação, tem a finalidade de possibilitar aos interessados em participar da licitação que conheçam as particularidades do local que possam impactar o planejamento da execução da obra.

A visita técnica é facultativa, sendo melhor descrita em edital.

6. Modelo de execução do objeto

O modelo de execução das obras propostas encontra-se pormenorizado no Projeto Básico, na Planilha Orçamentária, no Memorial Descritivo e no Cronograma de Execução e demais anexos deste Termo de Referência.

O prazo para início da execução dos serviços será de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS** após a emissão da Ordem de Serviço.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

O profissional indicado quando da "Qualificação Profissional" deverá participar da obra objeto desta licitação, **sendo exigido, portanto, na execução**, a comprovação do vínculo do mesmo com a contratada. Tal vínculo poderá ser demonstrado através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos elencados na "Qualificação Profissional", segundo os termos da Súmula 25 do TCESP.

A execução será permitida após a emissão da Ordem de Serviço.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução dos serviços será de **8 (OITO) MESES**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, apêndice deste Termo de Referência**.**

O prazo de execução de 8 (oito) meses previsto no cronograma físico-financeiro foi estabelecido considerando não apenas os aspectos técnicos da obra, mas também a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração para a realização dos desembolsos ao longo da execução contratual. Ademais, a ampliação do aterro sanitário será executada concomitantemente à operação regular da unidade. Dessa forma, o prazo adotado mostra-se adequado e compatível com as condições reais de execução do empreendimento, conferindo segurança operacional e permitindo o adequado acompanhamento físico e financeiro da obra.

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município, São Manuel-SP.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:
Latitude: 22°40'30.8"S
Longitude: 48°34'57.5"W

QUANTO AO CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- CANTEIRO DE OBRAS: No presente caso, o local de intervenção conta com estruturas de apoio que podem ser utilizadas como escritório e sanitários para os colaboradores, vide relação de fotos anexas. Dito isto, na planilha orçamentária da obra, não se faz necessária a sua inclusão.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181



- ADMINISTRAÇÃO LOCAL: Conforme projetos e memorial descritivo de serviços, a referida ampliação consiste predominantemente em serviços de terraplenagem, movimentação de solo, conformação de taludes e implantação de sistemas já padronizados, executados por equipe reduzida e sob supervisão periódica da contratada. Assim, a Administração Local não demonstra ser indispensável, conforme pontos elencados abaixo:

- Obra de complexidade compatível com acompanhamento periódico: Os serviços previstos consistem basicamente em escavação, transporte de material, compactação, regularização de superfícies, impermeabilização da vala, dispositivos de drenagem de chorume, água pluvial e gases. Tais atividades possuem metodologia executiva consolidada e não demandam estrutura administrativa exclusiva instalada no canteiro.
- Ausência de necessidade de equipe residente permanente: A execução pode ser acompanhada por visitas periódicas do responsável técnico da contratada, sem necessidade de permanência integral de engenheiro, encarregado ou equipe administrativa no local. Dessa forma, os custos de gestão podem ser absorvidos pela administração central da empresa.
- Equipes reduzidas e mobilização concentrada em equipamentos: Em ampliações de aterro sanitário, frequentemente o principal custo está associado aos equipamentos de terraplenagem (escavadeiras, tratores, caminhões e compactadores), sendo a gestão operacional realizada pelos próprios

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

operadores e encarregados vinculados à produção, sem necessidade de equipe administrativa segregada. Além disso, as equipes são mais reduzidas, dada a menor diversidade de especialidades, não havendo múltiplas disciplinas trabalhando simultaneamente.

Conclui-se, portanto, que a Administração Local somente deve ser prevista quando houver efetiva necessidade de manutenção de equipe técnica e administrativa exclusiva e permanente no canteiro de obras. No presente empreendimento, embora o prazo contratual seja de 8 meses, os serviços possuem natureza predominantemente mecanizada, concentrando-se em atividades de escavação, movimentação de solo, compactação, impermeabilização por geomembrana e implantação de sistemas de drenagem, cuja execução não exige a presença contínua de estrutura administrativa própria da obra. O acompanhamento poderá ser realizado por responsável técnico da contratada mediante visitas periódicas e por encarregado operacional durante a execução dos serviços, sendo suficiente para garantir a adequada condução do contrato. Ademais, haverá equipe de fiscalização da Administração Pública responsável pelo acompanhamento dos serviços, medições e controle contratual.

7. Modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

A existência e a atuação do GESTOR ou do FISCAL DO CONTRATO em nada restringe a responsabilidade a que se obriga a CONTRATADA por força do contrato firmado com o CONTRATANTE.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos indicados pela Contratante.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Os fiscais do contrato serão os servidores Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil, e Michael César Alves, Gestor de Meio Ambiente.

O gestor do contrato será o servidor Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil.

8. Critérios de medição e pagamento

Conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

A cada medição, a contratada apresentará o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão de Regularidade expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com prazos de validade vigentes, referentes à CNO da respectiva obra, conforme o caso, bem como da comprovação do recolhimento do ISS, referente aos serviços no município onde está sendo executado.

O contrato oferece maior detalhamento da documentação que deve ser apresentada pela CONTRATATA para o recebimento das medições.

A avaliação da execução do objeto utilizará de Laudos de Vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Os materiais aplicados na obra serão inspecionados pela FISCALIZAÇÃO do Departamento de Engenharia e poderão ser rejeitados quando se encontrarem fora das especificações técnicas definidas e/ou em desacordo com normas vigentes. É indispensável também que os materiais empregados

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

sejam de primeira qualidade (excluindo-se produtos similares e de segunda linha e os que não tenham as especificações técnicas de produtos de primeira qualidade) e seu manuseio deverá respeitar os respectivos manuais e especificações técnicas de seus fabricantes.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

A. Não produziu os resultados acordados;

B. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

C. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

O pagamento será realizado após a efetiva execução dos serviços solicitados neste Termo de Referência.

A aprovação do serviço estará sujeita à aprovação do fiscal e/ou gestor do contrato, sendo que eventuais irregularidades serão apontadas ao representante da CONTRATADA, que deverá providenciar, no prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE, as devidas correções sem qualquer ônus a esta última.

Prazo de pagamento

A licitante vencedora apresentará à Prefeitura Municipal de São Manuel a nota fiscal/fatura e a Prefeitura Municipal de São Manuel providenciará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de cada um dos serviços (em função da aprovação do fiscal e/ou gestor do contrato), após apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis, mediante depósito(s) em conta corrente em nome da CONTRATADA, a ser informada no momento da assinatura do Contrato em formulário próprio (preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal).

Obrigatoriamente deverá ser emitida apenas 01 (uma) Nota Fiscal para cada pedido de compra, em caso de dúvida, entrar em contato com a diretoria solicitante e/ou gestor do contrato.

A nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura será devolvida ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se novo prazo a partir da data de sua representação.

A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São Manuel em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda a execução dos serviços.

Demais condições serão descritas em contrato.

Forma de pagamento

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não se aplica a este objeto.

9. Critérios de seleção do fornecedor

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

O regime de execução será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Os preços propostos deverão incluir todas as despesas relativas ao serviço, como os operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto contratado/registrado.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): **R$ 1.244.888,49**

O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.244.888,49** (**Um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos**), conforme custos unitários apostos em planilha orçamentária.

11. Adequação orçamentária

O objeto da contratação está previsto orçamento do exercício vigente, com recursos orçamentários alocados conforme indicado no preâmbulo deste Edital, observando-se o seguinte:

- Recurso Próprio:

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

Para o exercício de 2026, realizar a reserva no valor de R$ 927.939,11 - Ficha n° 520 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO E UNIFICAÇÃO - OBRAS E INSTALAÇÕES

Para exercício de 2027, prever o valor complementar necessário para assegurar a execução da obra no montante de R$ 316.949,38.

Tal distribuição se dá conforme prazo de execução de 8 meses já definido considerando a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, bem como a necessidade de compatibilizar a execução das obras com a continuidade da operação do aterro sanitário, que permanecerá em funcionamento durante todo o período contratual.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO II - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90017/2026

Razão Social do Proponente: _____

CNPJ:_____Inscr. Estadual:_____

Endereço: _____

E-mail:_____Telefone: _____

Cidade:_____Estado:_____CEP:_____

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital

VALOR TOTAL DA PROPOSTA COMERCIAL: R$ ..... (.....).

A licitante declara que adotou **Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)** de:_____% (_____).

A licitante declara que adotou **Encargos Sociais (ES)** de _____% (_____).

A licitante Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
A licitante Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
A licitante Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida nos Anexos deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.
A licitante apresenta anexo à esta proposta comercial, as Planilhas de composição de preços e Cronograma Físico Financeiro, conforme modelos em anexo, adequados ao valor de sua proposta.
Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão de abertura da licitação.

DATA:_____/_____/ 2026

_____

nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO III

DECLARAÇÃO GERAL

Concorrência Eletrônica n° 90017/2026
Processo Administrativo n.º 7736/1/2026

A _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____ **DECLARA**:

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3 que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;

11. que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

12. o e-mail: _____, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações, notificações, envio do termo de contrato/ata de registro de preços, e pedidos de compra.

13. os dados do representante legal da licitante que deverão constar no contrato para formalização são: Nome :_____, CPF: _____, RG:_____, Cargo:_____.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

_____

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

Concorrência Eletrônica n° 90017/2026

Processo Administrativo n.º 7736/1/2026

A empresa_____, com sede na _____, nº_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, neste ato relaciona os técnicos que ficarão vinculados a execução do objeto em questão, bem como, informar estar ciente de que, em caso de necessidade de substituição de referidos profissionais, está obrigada a substituí-los por profissionais de experiência equivalente ou superior, nos termos do art. 67, parágrafo 6º da Lei Federal 14133/2021.

NOME:

QUALIFICAÇÃO:

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

_____

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Concorrência Eletrônica n° 90017/2026
Processo Administrativo n.º 7736/1/2026

A empresa _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA que compareceu, ao(s) local(is) da(s) obra(s), para vistoria *in loco,* bem como, obter as informações que entendeu necessárias para o perfeito conhecimento do objeto desta licitação, e que está ciente de todas as condições gerais e peculiares do(s) local(is) de execução.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

_____

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISTORIA TÉCNICA

Concorrência Eletrônica n° 90017/2026

Processo Administrativo n.º 7736/1/2026

A empresa _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA que tem plena ciência de que tinha possibilidade da fazer a vistoria técnica, mas ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por não fazê-la e por formular a Proposta Comercial sem a realização da vistoria, e que no decorrer da execução contratual não poderemos alegar qualquer desconhecimento de questões técnicas que poderiam ter sido verificadas por ocasião da vistoria.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

_____

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO VII

CIÊNCIA DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) DE SUA INDICAÇÃO

Eu, _____, (qualificação), inscrito no CREA/CAU sob nº _____, declaro estar ciente da minha indicação como responsável técnico da empresa , CNPJ nº _, para execução do objeto em questão, não me opondo a referida qualificação.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

_____

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA XXXXXXXXXXX.

Contrato nº XXXX/202X
Processo Administrativo nº 7736/2026 – Concorrência Eletrônica n° 90017/2026
Valor total: R$ XXXXXX.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518, Centro, na Cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF nº 46.634.523/0001-90, neste ato representado por XXXXXXXX, (CARGO)**,** brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº XXXXXXXX XXX/XX e do CPF/MF sob nº XXXXXXXXXX, doravante designado simplesmente por **CONTRATANTE**, e de outro lado, **XXXXXXXXXXXX,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.: XXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXX, nº XXXXXX, XXXXXXX, XXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXX,** brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.: XXXXXXX XXX/XX e inscrito(a) no CPF/MF n°.: XXXXXXXXX, com endereço na na XXXXXXXXX, nº XXXXXX, XXXXXXX, XXXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, citada adiante designada como **CONTRATADA**, têm entre si, de acordo com os elementos constantes na Concorrência Eletrônica nº. 90017/2026 – Processo Administrativo Digital nº. 7736/2026, e ainda com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DO CONTRATO
2.1. Obedecendo a programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro, os prazos serão contados em dias úteis, e se iniciarão a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços emitida pelo gestor do contrato e para todos os efeitos, se darão da seguinte forma:
2.1.1. Para início: A execução dos serviços contratados se iniciarão em até 5 (cinco) dias úteis após a data fixada na ordem de início de serviços;
2.1.2. Para conclusão da obra: XXXXXXXXXXXXXXX, respeitado o cronograma de execução, contados a partir da data fixada na ordem de início de serviços.
2.1.3. O presente contrato vigorará pelo prazo de XXXXXXXX, contados contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pelo Gestor do Contrato, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração concorda com a prorrogação do presente contrato, com a indicação do tempo que deverá ser prorrogado;
b) Haja manifestação expressa do contratado, com a apresentação dos motivos e justificativa para necessidade de prorrogação;
c) Apresentação do novo Cronograma Físico-Financeiro.
2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor total do presente contrato é de R$ XXXXXXX (XXXXXXXXX), no qual se incluem, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive despesas com materiais, equipamentos, transportes, fretes, mão de obra (especializada ou não), remuneração, instalação de canteiros fornecimento e instalação de placas, ensaios, bem como todos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da prestação dos serviços.

3.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:
3.2.1. O Termo de Referência;
3.2.2. O Edital da Licitação;
3.2.3. A Proposta do contratado;
3.2.4. Cronograma Físico-Financeiro;
3.2.5. Memorial Descritivo;
3.2.6. Planilhas e Projetos;
3.2.6. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O regime de execução da obra e serviços especificados no Termo de Referência e Memorial Descritivo será indireto, na modalidade de empreitada por preço unitário, com fornecimento de material e mão de obra a ser executado.
4.2. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização de execução da obra e serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos anexos ao edital, e, em especial os seguintes: proposta da CONTRATADA, projetos, caderno de especificações (termo de referência/memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais), cronograma físico financeiro de desenvolvimento da obra e serviços.
4.3. A execução do CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº. 14. 133 de 1 ° de abril de 2021, aplicando-se supletivamente os princípios a teoria geral dos contratos e as regras de Direito Privado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da liquidação da nota fiscal e/ou fatura , obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade/apresentação da fatura/Nota Fiscal.
5.1.1. No caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal do acumulado de 12 meses do índice de IPCA, sendo considerado sempre o último índice divulgado, capitalizados diariamente em regime de juros simples.
5.1.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = (TX/100) x (N/365) x VP
Onde:
EM= Encargos Moratórios devidos;
N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o do efetivo pagamento;
TX= IPCA acumulado de 12 meses;
VP= Valor da prestação em atraso
5.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
5.3. As medições serão efetuadas a cada 30 (trinta) dias pela FISCALIZAÇÃO e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, respeitando o cronograma físico financeiro e sobre as quais incidirão os correspondentes preços.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

5.3.1. Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela fiscalização, podendo esta glosar a medição caso a CONTRATADA não atinja os quantitativos previstos no cronograma físico financeiro de cada etapa.

5.4. Quando se tratar de obras pagas através de convênios, termos de repasse ou outros meios equivalentes, as medições e pagamentos deverão respeitar as metas, regras, periocidade e cronograma de desembolso estipulado pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, que constam em anexo ao edital, e neste caso a fiscalização só autorizará a CONTRATADA a emitir a(s) fatura(s) após o cumprimento das metas previstas no convenio para liberação da verba.

5.4.1. Caso o cronograma de desembolso do convenio, termo de repasse ou equivalente, englobe em suas metas mais de um mês previsto no cronograma físico financeiro da obra, a CONTRATADA poderá apresentar suas medições mensais, porém estas só serão aprovadas e atestadas pela fiscalização após o cumprimento das metas previstas pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, e só então poderá ser emitida a nota fiscal/fatura.

5.4.2. Caso nas regras do convenio, termo de repasse ou equivalente, prescinda de liberação formal por estes da medição, para repasse das verbas, as medições só serão aprovadas para emissão da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA após vencido o tramite previsto.

5.5. A CONTRATANTE terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da realização da medição, para expedição do EMPENHO, que propiciará a emissão da fatura/Nota Fiscal pela CONTRATADA, ressalvado as situações previstas na cláusula 5.4. deste contrato.

5.5.1. Caso haja necessidade de a autorização ser emitida pelo Compromitente, Conveniente ou terceiro indicado por estes, nos termos de compromisso ou de convenio firmados, a CONTRATADA deverá aguardar a autorização destes para emitir a fatura/nota fiscal.

5.6. A devolução de qualquer fatura/Nota Fiscal por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

5.7. Para pagamento é necessário que a CONTRATADA, além da execução dos serviços registrados pelas medições tenha cumprido todas as outras exigências contratuais e atendido eventuais requisições da fiscalização, sem o que as fatura/Nota Fiscais não serão aceitas.

5.8. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

b) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União;

c) Certidão negativa de Débitos da fazenda Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da lei;

d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada ;

5.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

5.10. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

5.11. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 5.8, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade por descumprimento contratual ou rescisão contratual, conforme o caso.

5.12. A CONTRATADA deverá apresentar documento com as devidas discriminações referentes aos valores de materiais e mão de obra, sob pena de RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL na forma da lei.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

5.13. A expedição do EMPENHO e o pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e nem implicarão na aceitação provisória ou definitiva da obra/serviços.
5.14. A não aceitação da obra/serviço ou parcela de obra/serviço e a prorrogação do prazo de validade de sua conclusão, sem a correspondente alteração da validade da garantia, quando for o caso, acarretarão a suspensão imediata do pagamento, independentemente das demais prescrições legais.
5.15. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos orçamentários do exercício financeiro vigente, conforme Funcional Programática: 17.512.2010.1011 – Categoria Econômica: 4.4.90.51.91.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
6.1. A CONTRATANTE manterá profissional/comissão legalmente habilitado(s) para acompanhar a execução do objeto do presente CONTRATO, exercendo a fiscalização em todos os seus aspectos, competindo-lhe ainda a verificação e a liberação dos serviços, para fins de pagamento e demais exigências legais, inclusive para o RECEBIMENTO PROVISÓRIO da obra, mantendo tudo devidamente anotado no DIÁRIO DE OBRA.
6.2. Poderá a CONTRATANTE se valer de assessoramento de profissionais ou de empresas especializadas para a execução deste mister.
6.3. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS
7.1. O contratado apresentará, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por seguro-garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, no valor de R$ xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado.
7.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de XXXXXX meses.
7.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 7.5 deste contrato.
7.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
7.6. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
7.6.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na cláusula 15.2.5 deste contrato
7.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
7.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
7.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
7.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.
7.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Setor de Tesouraria da Prefeitura de São Manuel.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

7.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
7.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
7.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
7.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
7.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
7.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
7.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
7.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
7.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
7.21. Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA inclusive as multas aplicadas à empresa CONTRATADA.
7.22. Desfalcada a garantia prestada pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA, para, no prazo de 5 (cinco dias) úteis, complementar o valor, sob as penas previstas no item 15.2.5 deste contrato.
7.23. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA, condicionada à inexistência de multa e/ou qualquer outra pendência e mediante requerimento da CONTRATADA.
7.24. A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.
7.25. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, § 1 °, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO
8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de mínimo de 01 (um) ano contado da data da proposta reajustada.
8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

8.2.1. O reajuste será calculado em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = Ro \times \left[\left(\frac{INCC}{INCCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:
R = valor remanescente do Contrato reajustado;
Ro = valor remanescente do Contrato;
INCC/INCCo = variação do INCC/FGV - Índice Nacional da Construção Civil - Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.
8.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA de forma expressa ao Gestor do presente contrato, que irá analisar e decidir sobre o pedido, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido pelo Gestor.
8.3.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
8.4. O saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste será informado pelo Gestor do contrato.
8.4.1. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.
8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
8.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
8.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
8.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser(em) determinado(s) pela legislação então em vigor.
8.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
8.10. Os valores contratados poderão ser repactuados em decorrência de eventual de fato que eleve o custo dos bens nas seguintes situações:
8.10.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.10.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
8.11. A repactuação deverá ser precedida de solicitação da CONTRATADA de forma expressa ao Gestor do presente contrato, que irá analisar e decidir sobre o pedido, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido pelo Gestor.
8.12. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o valor contratado, a Administração poderá atualizar o valor contratado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

8.13. O reajuste e a repactuação serão realizados por Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA, além de responder, civil e criminalmente, por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, é obrigada a executar a obra e serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica e de acordo com os Edital da Licitação bem como seus anexos, em estrita obediência à legislação vigente, às disposições aplicáveis e às determinações da Fiscalização.

9.2. Caberá ainda à CONTRATADA:

9.2.1. Arcar com todas as despe s referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

9.2.2. Observar a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na legislação em vigor;

9.2.3. Manter os locais de trabalho permanentemente limpos e desimpedidos;

9.2.4. Facilitar todas as atividades da CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;

9.2.5. Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

9.2.6. Quanto à qualidade dos materiais, se obriga também , de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e a exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, que serão realizados em local determinado pela CONTRATANTE, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas indicadas, ou aceitas pela Fiscalização, substituindo inclusive aqueles já instalados;

9.2.7. Sujeitar-se à análise e estudos dos projetos caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais) e dos demais documentos que os complementam, fornecidos pela CONTRATANTE, para execução dos serviços, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos, nem mesmo pedido de ressarcimento por despesas de custos e/ou serviços não cotados. Na hipótese de serem constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá ser comunicado o fato, por escrito, à CONTRATANTE, para que os defeitos sejam sanados;

9.2.8. Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo à convocação da CONTRATANTE, para reunião de avaliação;

9.2.9. Manter, no local dos serviços, o Diário de Obras, em 03 (três) vias, onde tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE deverão registrar tudo o que julgarem conveniente, para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do CONTRA TO;

9.2.10. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.11. Não alojar seu pessoal de produção na área da obra da CONTRATANTE, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela CONTRATANTE;

9.2.12. Fornecer e colocar placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE;

9.2.13. Proceder à remoção de entulhos, bem como retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da CONTRATANTE, após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE;

9.2.14. Manter a obra e serviços executados em perfeitas condições de conservação e funcionamento, até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

9.2.15. Manter a guarda e a vigilância da obra/serviços até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inexistindo, por parte da CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por furtos, roubos, e travios ou deteriorações;
9.2.16. Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em que vier a fornecer à CONTRATANTE;
9.2.17. Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou bens da CONTRATANTE ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade;
9.2.18. Responsabilizar-se por apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, caso fortuito ou força maior, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais, canteiro de obras e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PESSOAL DA CONTRATADA
10.1. Nos serviços a serem executados, a CONTRATADA empregará pessoal, quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência e aptidão, sendo a mesma considerada como única e exclusiva empregadora.
10.2. A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem responsabilidade ou ônus para a CONTRATANTE.
10.3. A substituição do profissional responsável ou de qualquer integrante da equipe técnica deverá ser previamente aceita pela CONTRATANTE, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, indicando o substituto e o número de seu registro, fazendo-se acompanhar do respectivo currículo.
10.4. A CONTRATADA não poderá contratar pessoal que seja servidor da CONTRATANTE.
10.5. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
10.6. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar da CONTRATADA a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados da(s) sub CONTRATADA(s), que se encontrarem trabalhando no local da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
11.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital , cabendo-lhe especialmente:
11.1.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem ;
11.1.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
11.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados e liberar as áreas destinadas ao serviço
11.1.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica ;
11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
11.1.6. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos e efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
11.1.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

11.1.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
11.1.9. Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
11.1.10. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipulados na CLAUSULA DÉCIMA QUARTA.
11.2. A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
12.1. A CONTRATADA não poderá transferir, ceder ou subcontratar o total do objeto do presente CONTRATO, sob pena de rescisão.
12.2. A transferência ou subcontratação de parte do objeto do CONTRATO poderá ser concretizado mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a CONTRATADA sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor subcontratado, cedido ou transferido;
12.2.1. A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela CONTRATADA, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.
12.3. O pedido de transferência, cessão ou subcontratação deverá ser formalizado pela CONTRATADA, com 30 (trinta) dias de antecedência à concretização do ato, devidamente instruído com a apresentação do acervo técnico da subcontratada, certificado pelo CREA e demais documentos inerentes;
12.4. Inexistirá qualquer vínculo contratual entre a subcontratada e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento do CONTRATO será a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL
13.1. Este CONTRATO poderá ser alterado nos termos do disposto nos artigos 124 a 136 da Lei Federal no 14.133/21, mediante o correspondente Termo Aditivo.
13.2. Os preços unitários para serviços decorrentes de modificações do projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato, ou quando nele não existirem, deverão ser aqueles constantes do mercado aplicado o desconto percentual da proposta CONTRATADA.
13.3. O as alterações contratuais deverão ser instruídas com o Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, resultante da alteração, caso este seja impactado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECEBIMENTO DA OBRA
14.1. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.
14.2. Concluída a obra, inclusive os serviços eventualmente autorizados em aditamento, e estando os mesmos em perfeitas condições e verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, serão recebidos provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita por parte da CONTRATADA, que lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, com validade de 60 (sessenta) dias, assinado também pelo preposto da CONTRATADA.
14.3. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias do RECEBIMENTO PROVISORIO, caso os serviços de correção de irregularidades que porventura foram verificadas durante esse prazo e tiverem sido executados e aceitos pela Fiscalização e com o devido atendimento das exigências contratuais, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo de até 15 (quinze) dias.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

14.4. A Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, está condicionado ao atendimento das exigências contratuais e ainda à limpeza dos locais abrangidos pela execução dos serviços.
14.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS
15.1. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 , a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
15.1.1. advertência;
15.1.2. multa;
15.1.3. impedimento de licitar e contratar;
15.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
15.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
15.2.1. Multa 1 % (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 20 (vinte) dias.
15.2.2. No caso de atraso por período superior a 20 (vinte) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA devido a inexecução total do contrato, aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
15.2.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, caso esta cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo poderá ainda ocorrer a aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
15.2.4. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
15.2.5. A diminuição do ritmo da obra/serviços por culpa exclusiva da CONTRATADA e o não atendimento às determinações da CONTRATANTE, nos prazos a serem fixados para adequação ao cronograma de obra, contados do recebimento da notificação, sujeitarão a CONTRATADA às sanções de Advertência, não sendo corrigido ou na reincidência caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, que incidirá sobre o valor global do CONTRATO, considerando, para tanto, eventuais reajustamentos.
15.2.6. Pelo descumprimento das obrigações contratuais de baixa gravidade, assim consideradas aquelas que não impliquem em inexecução total ou parcial do objeto com multas autônomas previstas nos itens anteriores, a Administração aplicará primeiramente às sanções de Advertência, caso persista o descumprimento ou na reincidência, caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência.
15.2.6.1. Considera-se reincidência cada nova notificação para correção de eventual descumprimento de obrigações contratuais que não tenha sido atendido no prazo especificado.
15.2.7. As multas são autônomas e aplicação de uma não exclui a de outras.
15.2.8. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos e/ou da garantia prestada.
15.2.9. Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

15.2.10. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE, sob pena de imposição da multa prevista no item 15.2.5.

15.3. Para aplicação das sanções de multa será facultado facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei 14.133/21 .

15.4. Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21 .

15.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21 , observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO / RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. A inexecução total ou parcial poderá ensejar a rescisão do CONTRATO, nos termos dos artigos 137 da Lei Federal n0 14.133/21 e demais dispositivos legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

16.2. A extinção contratual poderá ser realizada nas formas previstas no art. 138 da Lei 14.133/21 .

16.3. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SUPORTE LEGAL

19.1. O presente contrato é regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e suas posteriores modificações, e, ainda, por demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

21.2. Todas as comunicações, avisos ou notificações realizadas pela administração, serão dirigidos aos e-mails informados junto a proposta ou habilitação da empresa, devendo esta informar prontamente caso haja alteração.
21.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
21.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
21.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
21.6. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
21.7. Fica fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública.
21.8. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
21.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem , qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
21.10. As partes poderão utilizar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem , nos termos dos arts. 151 a 154 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO
22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Manuel/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
22.2. E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento.

O presente contrato foi digitado pelo funcionário XXXXXXXX, matrícula XXXXXX, lido e achado conforme assinam este instrumento, as Partes, o Gestor do Contrato e as Testemunhas.

São Manuel, XXXXX de XXXXX de 202X.

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: XXXXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7736/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90017/2026
GESTOR DO CONTRATO: XXXXX
RESPONSÁVEL PELO ATO: XXXXX
CONTRATADA: XXXXXX
OBJETO: Tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXX.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Manuel, XXXX de XXXXX de 202X.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:
Nome:
Cargo:
CPF:

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:

CONTRATADA:
Nome: xxxxxx
Cargo: xxxxxxx
CPF: xxxxx

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:

GESTOR DO CONTRATO:
Nome: XXXX
Cargo: XXXXX
CPF: XXXXX

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL
CNPJ Nº:
CONTRATADA: XXXXXXX
CNPJ Nº: XXXXXX
CONTRATO Nº: XXXXX/20XX
VIGÊNCIA: XXX (XXX) meses, contados da sua eficácia.
OBJETO: Tem por objeto a XXXXXXXX.
VALOR: R$ XXXXXXXXX

Declaro na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

I) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;

II) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;

V) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

São Manuel, ____ de XXXXXXX de 20XXX.

XXXXXXX
XXXXXXX
Email: XXXXXXXX

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

ANEXO IX - Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro, Cálculo do BDI

Assinado por ODIRLEI JOSE FELIX (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e00a08fa-dc4e-4772-822a-84aedeb6e181

MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL	**Referências orçamentárias:**		**Regime de empreitada por preço**
SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	**Base**	**N°** / **Publicação**	**unitário**
Obra: Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes	**CDHU**	201 / Fevereiro/2026	Serviços com fornecimento de material,
Endereço: Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município	**SINAPI**	04-2026 / 12/05/2026	mão-de-obra e equipamentos
Elaboração: Junho/2026			
			BDI: 20,85%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO MAT. + M.O.	TOTAL S/BDI	TOTAL COM BDI
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**R$ 1.284,73**		
1.1	CDHU	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon	2,40	M2	R$ 442,95	R$ 1.063,08	R$ 1.284,73
2	**ABERTURA DE VALAS, REGULARIZAÇÃO, IMPERMEABILIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO**					**R$ 789.934,42**		
2.1	CDHU	04.30.040	Remoção de condutor aparente - canaletas de águas pluviais	1005,25	M	R$ 3,41	R$ 3.427,90	R$ 4.142,62
2.2	CDHU	07.01.020	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	5415,91	M3	R$ 16,03	R$ 86.816,96	R$ 104.918,29
2.3	CDHU	05.10.020	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2° km	6499,09	M3	R$ 8,71	R$ 56.607,04	R$ 68.409,61
2.4	CDHU	54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	1004,48	M3	R$ 21,92	R$ 22.018,20	R$ 26.609,00
2.5	COMPOSIÇÃO	C01	Instalação de geomembrana em polietileno de alta densidade PEAD de 2 mm, incluso solda e sobreposições	5273,52	m²	R$ 67,58	R$ 356.406,12	R$ 430.716,80
2.6	CDHU	07.01.010	Escavação e carga mecanizada para exploração de solo em jazida	2700,42	M3	R$ 15,59	R$ 42.099,51	R$ 50.877,26
2.7	CDHU	05.10.021	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 2° km até o 3° km	3510,54	M3	R$ 13,00	R$ 45.637,06	R$ 55.152,38
2.8	CDHU	07.12.020	Compactação de aterro mecanizado mínimo de 95% PN, sem fornecimento de solo em campo aberto	3240,50	M3	R$ 12,54	R$ 40.635,88	R$ 49.108,46
3	**DRENAGEM DE FUNDO**					**R$ 200.349,22**		
3.1	CDHU	07.01.020	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	121,28	M3	R$ 16,03	R$ 1.944,15	R$ 2.349,50
3.2	CDHU	46.13.020	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 4´, inclusive conexões	83,30	M	R$ 12,77	R$ 1.063,74	R$ 1.285,53
3.3	CDHU	46.13.026	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 6´, inclusive conexões	339,45	M	R$ 24,18	R$ 8.207,90	R$ 9.919,25
3.4	CDHU	46.13.030	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 8´, inclusive conexões	149,60	M	R$ 37,56	R$ 5.618,98	R$ 6.790,53
3.5	CDHU	08.05.100	Dreno com pedra britada	96,45	M3	R$ 181,41	R$ 17.497,60	R$ 21.145,86
3.6	CDHU	08.05.220	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 31kN/m e transversal de 27kN/m	1616,39	M2	R$ 34,69	R$ 56.072,62	R$ 67.763,76
3.7	CDHU	11.18.140	Lastro e/ou fundação em rachão mecanizado	282,31	M3	R$ 267,01	R$ 75.378,39	R$ 91.094,79
4	**DRENO DE GASES**					**R$ 76.490,19**		
4.1	**BASE DE CONCRETO**					**R$ 12.305,48**		
4.1.1	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	14,04	M2	R$ 109,60	R$ 1.538,78	R$ 1.859,62
4.1.2	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	321,85	KG	R$ 10,15	R$ 3.266,80	R$ 3.947,92
4.1.3	CDHU	11.01.100	Concreto usinado, fck = 20 MPa	9,13	M3	R$ 493,41	R$ 4.502,86	R$ 5.441,71
4.1.4	CDHU	11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	9,13	M3	R$ 95,77	R$ 874,00	R$ 1.056,23
4.2	**TUBULAÇÃO**					**R$ 64.184,72**		
4.2.1	CDHU	46.12.260	Tubo de concreto (PA-1), DN= 400mm - perfurado	81,00	M	R$ 186,87	R$ 15.136,47	R$ 18.292,42
4.2.2	CDHU	08.05.220	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 31kN/m e transversal de 27kN/m	131,81	M2	R$ 34,69	R$ 4.572,66	R$ 5.526,06
4.2.3	CDHU	10.02.020	Armadura em tela soldada de aço	1701,73	KG	R$ 9,83	R$ 16.728,04	R$ 20.215,84
4.2.4	CDHU	11.18.140	Lastro e/ou fundação em rachão mecanizado	62,45	M3	R$ 267,01	R$ 16.673,89	R$ 20.150,40
5	**CAPTAÇÃO ÁGUA PLUVIAL INTERIOR DAS VALAS**					**R$ 99.351,79**		
5.1	**PROTEÇÃO DA SAÍDA TUBO**					**R$ 24.476,08**		
5.1.1	CDHU	24.03.210	Tela de proteção em malha ondulada de 1´, fio 12 (BWG), com requadro - perfurado	17,28	M2	R$ 623,79	R$ 10.779,09	R$ 13.026,53

Assinado por 4 pessoas: JOSE LUIZ DE ANHAIA SOARES (Senha), Lucimara Rodrigues (Senha), Lucimara Rodrigues (Senha), Marcelo Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Para verificar as assinaturas, vá ao site https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx e utilize o código 00000261-5cf1-4772-b229-8885000d0185
Validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?00000261-5cf1-4772-b229-8885000d0185

MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**	**Referências orçamentárias:**			**Regime de empreitada por preço**
	SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	**Base**	**N°**	**Publicação**	**unitário**
	Obra: Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes	**CDHU**	201	Fevereiro/2026	Serviços com fornecimento de material,
	Endereço: Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município	**SINAPI**	04-2026	12/05/2026	mão-de-obra e equipamentos
	Elaboração: Junho/2026				
					BDI: 20,85%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO MAT. + M.O.	TOTAL S/BDI	TOTAL COM BDI
5.1.2	CDHU	08.05.220	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 31kN/m e transversal de 27kN/m	17,28	M2	R$ 34,69	R$ 599,44	R$ 724,43
5.1.3	CDHU	10.02.020	Armadura em tela soldada de aço	471,70	KG	R$ 9,83	R$ 4.636,82	R$ 5.603,60
5.1.4	CDHU	08.05.100	Dreno com pedra britada	7,20	M3	R$ 181,41	R$ 1.306,15	R$ 1.578,48
5.1.5	CDHU	11.18.140	Lastro e/ou fundação em rachão mecanizado	10,98	M3	R$ 267,01	R$ 2.931,77	R$ 3.543,04
5.2	**TUBULAÇÃO**					**R$ 64.142,23**		
5.2.1	CDHU	07.02.020	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 2 m	394,80	M3	R$ 11,64	R$ 4.595,47	R$ 5.553,63
5.2.2	CDHU	46.05.040	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 150 mm, inclusive conexões	110,10	M	R$ 76,82	R$ 8.457,88	R$ 10.221,35
5.2.3	CDHU	46.05.050	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 200 mm, inclusive conexões	14,70	M	R$ 131,80	R$ 1.937,46	R$ 2.341,42
5.2.4	CDHU	46.05.060	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 250 mm, inclusive conexões	175,10	M	R$ 204,72	R$ 35.846,47	R$ 43.320,46
5.2.5	CDHU	07.11.020	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com compactador	290,73	M3	R$ 7,70	R$ 2.238,62	R$ 2.705,37
5.3	**CAIXAS DE PASSAGEM**					**R$ 10.733,47**		
5.3.1	SINAPI	97.908	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	9,00	UN	R$ 857,14	R$ 7.714,26	R$ 9.322,68
5.3.2	CDHU	32.17.040	Impermeabilização em argamassa polimérica com reforço em tela poliéster para pressão hidrostática positiva	30,60	M2	R$ 38,15	R$ 1.167,39	R$ 1.410,79
6	**ENCAMINHAMENTO CHORUME - LAGOA DE RESERVAÇÃO**					**R$ 65.630,07**		
6.1	CDHU	07.01.020	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	451,10	M3	R$ 16,03	R$ 7.231,13	R$ 8.738,82
6.2	CDHU	46.15.111	Tubo em polietileno de alta densidade DE=160 mm - PN-10, inclusive conexões	168,55	M	R$ 156,94	R$ 26.452,24	R$ 31.967,53
6.3	CDHU	46.15.112	Tubo em polietileno de alta densidade DE=200 mm - PN-10, inclusive conexões	76,00	M	R$ 216,52	R$ 16.455,52	R$ 19.886,50
6.4	CDHU	07.11.020	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com compactador	541,32	M3	R$ 7,70	R$ 4.168,16	R$ 5.037,23
7	**COMPLEMENTAÇÃO DRENAGEM ÁGUA PLUVIAL - ENTORNO VALAS**					**R$ 11.848,06**		
7.1	SINAPI	105.987	EXECUÇÃO DE VALETA DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, ESPESSURA DE 0,08 M, GEOMETRIA TRAPEIZOIDAL, COM DIMENSÕES INTERNAS: B1=1,2 M; B2=0,6 M; H=0,3 M. AF_05/2025	79,50	m	R$ 123,32	R$ 9.803,94	R$ 11.848,06
						TOTAL GERAL C/BDI:	**R$**	**1.244.888,49**

São Manuel, 15 de junho de 2026

Ângelo Henrique Dinhane Vassoler
Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595

Este documento foi assinado digitalmente por ANGELO HENRIQUE DINHANE VASSOLER (Senha) e Lucimara Rodrigo Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?00000261-5cf1-4772-b229-888500000185 e utilize o código 00000261-5cf1-4772-b229-888500000185

MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**			
	SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO			
	Obra:	Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes		
	Endereço:	Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município		
	Data Base:	Junho/2026	**Referência:**	CDHU 201; SINAPI 04-2026

CÁLCULO DO BDI

Referência: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

CLASSIFICAÇÃO DA OBRA

Tipo de obra	1° Quartil	Médio	3° Quartil
Construção de redes de abasteciemnto de água, coleta de esgoto e construções correlatas	20,76%	24,18%	26,44%

COMPONENTES DO BDI

	Componente	1° Quartil	Médio	3° Quartil	ADOTADO
AC	Administração Central	3,43%	4,93%	6,71%	3,43%
S + G	Seguro + Garantia	0,28%	0,49%	0,75%	0,28%
R	Risco	1,00%	1,39%	1,74%	1,00%
				SOMA	**4,71%**
DF	Despesa Financeira	0,94%	0,99%	1,17%	0,94%
L	Lucro	6,74%	8,04%	9,40%	6,74%

I	Impostos	6,65%
	ISS	3,00%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%

FÓRMULA DO BDI

$$BDI = \left[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1\right] x100$$

CÁLCULO DO BDI

BDI = 20,85%

São Manuel, 15 de junho de 2026

Ângelo Henrique Dinahne Vassoler
Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595

Assinado por ANGELO HENRIQUE DINAHNE VASSOLER (Senha), lucimara.rogerio Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Para verificar as validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?b0780857-7e45-4702-9273-94d7b6b55c8b

MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL**	
	SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	
	Obra:	Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes
	Endereço:	Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município
	Data Base:	Junho/2026

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	%	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 1.284,73	0,10%	100%							
2	ABERTURA DE VALAS, REGULARIZAÇÃO, IMPERMEABILIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO	R$ 789.934,42	63,45%	10%	20%	20%	20%	20%	10%		
3	DRENAGEM DE FUNDO	R$ 200.349,22	16,09%		20%	20%	20%	20%	10%	10%	
4	DRENO DE GASES	R$ 76.490,19	6,14%				20%	20%	20%	20%	20%
5	CAPTAÇÃO ÁGUA PLUVIAL INTERIOR DAS VALAS	R$ 99.351,79	7,98%					25%	25%	25%	25%
6	ENCAMINHAMENTO CHORUME - LAGOA DE RESERVAÇÃO	R$ 65.630,07	5,27%						30%	30%	40%
7	COMPLEMENTAÇÃO DRENAGEM ÁGUA PLUVIAL - ENTORNO VALAS	R$ 11.848,06	0,95%							50%	50%
TOTAIS	**ORÇAMENTO TOTAL**	**R$ 1.244.888,49**	**100,00%**								
	VALOR EXECUTADO NO PERÍODO			R$ 80.278,17	R$ 198.056,73	R$ 198.056,73	R$ 213.354,77	R$ 238.192,71	R$ 158.853,37	R$ 85.783,96	R$ 72.312,05
	VALOR EXECUTADO ACUMULADO NO PERÍODO			R$ 80.278,17	R$ 278.334,90	R$ 476.391,63	R$ 689.746,39	R$ 927.939,11	R$ 1.086.792,48	R$ 1.172.576,44	R$ 1.244.888,49
	% EXECUTADA NO PERÍODO			6,45%	15,91%	15,91%	17,14%	19,13%	12,76%	6,89%	5,81%
	% EXECUTADA ACUMULADA			6,45%	22,36%	38,27%	55,41%	74,54%	87,30%	94,19%	100,00%

São Manuel, 15 de junho de 2026

Ângelo Henrique Dinhane Vassoler
Engenheiro Civil - CREA-SP: 5070327595

Assinado por ANGELO HENRIQUE DINHANE VASSOLER (Senha), Lucimara Rogerio Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Para verificar as validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?500b00f3-d540-4752-8229-28a0b0b51e84

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Obra: Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes.

1.2 Localização do empreendimento: Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município.
Coordenadas Geográficas: 22°40'30.8"S 48°34'57.5"W

1.3 Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

1.4 Objetivo

O memorial descritivo, como parte integrante do projeto, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

1.5 Minuta

Para a realização da obra, a empresa contratada nos devidos trâmites da lei terá como escopo os projetos básicos e as devidas recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), devendo atender as especificações vigentes, servindo de documento hábil à ação da fiscalização. Qualquer dúvida sobre os detalhes deste projeto deverá ser discutida com a fiscalização de obras com antecedência.

Deverá ser mantido na obra cópia dos Projetos, Memorial descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, uma cópia da ART de execução devidamente preenchida e recolhida junto ao CREA. Todos os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente o projeto em sua forma, dimensões e concepção.

1.6 Considerações iniciais

A Contratada, antes do início de qualquer uma das atividades relacionadas com a obra, deve ter, obrigatoriamente, conhecimento total e perfeito de todo o projeto com respectivo memorial, deste caderno de especificações e das condições locais onde serão executadas as obras.

A Contratada deve ter ciência prévia das condições do local, dos critérios de quantificação do orçamento e critérios de medição, condicionados à aceitação do serviço e plena aplicação na obra.

A Contratada, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços a serem adotados na execução da obra.

Os materiais empregados na obra serão de primeira qualidade, sendo que a fiscalização terá plenos poderes para solicitar a qualquer momento ensaios que atestem a qualidade, podendo rejeitar, sem qualquer ônus para a Contratante, os materiais que estiverem em desacordo com o especificado em projeto, no memorial descritivo ou mesmo quando a fiscalização constatar qualquer irregularidade. O mesmo aplica-se aos serviços, que, caso em desacordo, deverão ser refeitos sem qualquer prejuízo à contratante, conforme avaliação da Fiscalização. Deverão permanecer no canteiro de obras apenas os materiais que estiverem sendo utilizados. Portanto, não será permitido, em hipótese alguma, o acúmulo de materiais ou entulho no canteiro, ou mesmo nas imediações da obra. O canteiro deverá estar sempre limpo e com bom aspecto, ficando a cargo da CONTRATADA a sua limpeza.

Assinado por 20 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?

As atividades devem seguir rigorosamente as normas de segurança vigentes, a citar, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial, a NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e fiscalização dos equipamentos de segurança aos colaboradores. Contudo, a CONTRATADA deve estar ciente que a obra estará sujeita também à fiscalização do Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de São Manuel, devendo acatar as determinações e apontamentos desde que aplicáveis.

A Contratada é diretamente responsável pela exatidão e observância das medidas, características técnicas e quantidades das instalações estabelecidas em projeto, inclusive resolução de interferências eletromecânicas na obra. Caso necessário, a fiscalização poderá exigir à CONTRATADA, após a conclusão dos serviços, a execução do "as built" das instalações indicando as modificações que se fizeram necessárias.

OBSERVAÇÃO:

ESTA OBRA OCORRERÁ EM DUAS ETAPAS, DESGINADAS EM PROJETO COMO ETAPAS A E B.

CADA UMA DAS ETAPAS SERÁ DESENVOLVIDA EM ANOS DIFERENTES, CONFORME ESTABELECIDO NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

2- ABERTURA DE VALAS, REGULARIZAÇÃO, IMPERMEABILIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO:

Para a unificação das células, deverá ser feita, inicialmente, a retirada dos dispositivos de drenagem de águas pluviais circundantes às células existentes, seguida da escavação do solo de modo a identificar a impermeabilização da ancoragem imediatamente abaixo das canaletas de concreto.

O procedimento de escavação deverá ser feito com extremo zelo de modo a não danificar a geomembrana de PEAD. Tal manta está ancorada a, aproximadamente, 2,00 metros da borda da célula.

O solo deverá ser escavado de modo que, na região da unificação, seja possível a instalação de dispositivos drenantes na região central da nova vala, em cota inferior às das bordas das células existentes adjacentes, sendo que a diferença de cota entre os níveis supracitados deve ser de, no mínimo, 1,20m (contado entre as geomembranas).

Finalizadas as operações de escavação até o fundo da vala sem a manta, o solo será compactado até atingir 95% do Proctor, sendo que o solo ruim deve ser removido e devidamente substituído por outro que atenda às características necessárias. Após a compactação do fundo e das laterais, os respectivos desníveis deverão ser avaliados, verificando a necessidade de correções.

Após a aprovação da fiscalização, o fundo receberá a impermeabilização através de geomembrana de PEAD com espessura nominal de 2mm. Nas extremidades com as mantas existentes (área de ancoragem), deverá ser feita a sobreposição mínima de 1,50 metros entre o novo dispositivo e o existente, garantindo-se uma perfeita soldagem dos elementos, obedecendo às normas técnicas, em especial a ABNT NBR 15352:2006 – Mantas termoplásticas de polietileno de alta densidade (PEAD) e de polietileno linear (PEBDL) para impermeabilização e ABNT NBR 16.199:2013 – Geomembranas termoplásticas – Instalação em obras geotécnicas e de saneamento ambiental.

Assinado por 2 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) e Marcos Roberto Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?[illegible]

Sobre a manta, será colocado uma camada de solo de boa qualidade de 0,50 metros de aterro compactado em camadas de no máximo 20 cm, até atingir 95% do Proctor Normal.

Definições e procedimentos gerais:

A) CORTES
- Definição: Os cortes são setores do nivelamento do terreno cuja implantação requer escavação de materiais que constituem o terreno natural desde o nível requerido até a altura resultante do projeto ou da inclinação dos taludes de corte, nas áreas definidas na planta e elevações.

- Equipamentos: Deve-se utilizar equipamentos adequados, que possibilitem a execução simultânea de cortes e aterros, tais como: tratores conjugados a carregadores frontais, retro-escavadeira, escavadeira de lança, caminhões basculantes.

- Procedimento executivo: A operação será precedida da execução dos serviços de limpeza. O desenvolvimento da operação de terraplenagem se processará sob a previsão da utilização adequada ou rejeição dos materiais extraídos. Assim, serão transportados, para a constituição de aterros, os materiais que pela classificação e caracterização efetuada nos cortes, sejam compatíveis com as especificações da execução de aterros. Constatada a conveniência técnica e econômica da reserva de materiais escavados nos cortes para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será procedido o depósito dos referidos materiais para a utilização oportuna. Desde que aconselhável técnica e economicamente, as massas em excesso, que constituiriam o bota-fora, devem ser integrados aos aterros, possibilitando, por exemplo, alargamento da plataforma com adição aos taludes uma berma de equilíbrio.

B) Empréstimo e bota-fora
- Recomendações: Será evitado o uso de empréstimo adaptando-se os níveis resultantes a adequada compensação de cortes e aterros. Os bota-fora serão resultantes do material excedente na compensação efetuada no local, sendo depositados em local previamente autorizado pelo contratante, de acordo com a legislação vigente.

C) Aterro
- Definição: Os aterros são setores da terraplenagem cuja implantação requer deposito de materiais terrosos, provenientes dos cortes, construídos até os níveis previstos no projeto.

- Equipamentos: O transporte de terra para a construção de aterros será executado por equipamentos adequados para a execução simultânea de cortes e aterros.

- Lançamento: Será feito em camadas de no máximo 0,20 metros em toda a extensão do aterro.

D) Compactação

Todas as camadas serão convenientemente compactadas com equipamentos apropriados a cada caso, até atingirem compactação ideal.

Assinado por 2 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?

3 - DRENAGEM DE FUNDO

Corresponde à drenagem dos fluídos percolados das células de lixo, sendo denominada drenagem permanente.

O sistema de drenagem de líquidos percolados deverá coletar e conduzir o líquido percolado, conhecido por chorume, que atravessa a massa do aterro, através de drenos internos, reduzindo as pressões internas dos líquidos na massa de resíduo e minimizando o potencial de migração do mesmo no subsolo.

Os drenos direcionam-se para um ponto de convergência correspondente à menor cota da base das valas. A partir deste ponto, o líquido é direcionado para a lagoa de chorume através de tubo de polietileno de alta densidade.

A drenagem do fundo da vala se dá em dois tipos de drenos:

- DRENO SECUNDÁRIO: formado por uma depressão de 1,80 metros de largura e 0,15 metros de profundidade, sendo que, no centro, deve haver um tubo PEAD (Polietileno de alta densidade) com o diâmetro nominal conforme projeto e perfurado, recoberto com uma camada de brita nº 4 com 1,10 metros de largura, na proporção de 3 pra 1 com espessura de 0,24 metros no centro, envolvida com uma manta geotextil permeável. Sobre esta camada, o dreno recebe uma camada de rachão até a altura de 0,10 metros do nível do terreno do fundo da vala, na proporção de 3 pra 1 do nível da vala. O dreno deve possuir uma declividade de escoamento mínima de 2%

- DRENO PRINCIPAL: formado por uma depressão com 3,00 metros de largura e 0,15 metros de profundidade, possuindo, no centro, um tubo PEAD (Polietileno de alta densidade) perfurado com o diâmetro nominal conforme projeto, coberto com uma camada de brita nº 4 com 1,40 metros de largura na proporção de 3 pra 1 com espessura de 0,35 metros no centro, envolvida com uma manta geotextil permeável, após receberá uma camada de rachão até a altura de 0,30 metros do nível do terreno do fundo da vala, com 3,00 metros de largura na proporção de 3 pra 1, terá uma declividade de escoamento mínima de 2%, conforme detalhes no projeto.

O fluxo dos líquidos percolado terá início nos drenos secundários onde serão conduzidos para os drenos principais, que conduzirão os líquidos percolados para uma tubulação de PEAD reforçado vide diâmetros de projeto, obedecendo às inclinações indicadas, até a lagoa de chorume.

4 -DRENO DE GASES

O sistema de drenagem de gases terá a função de drenar os gases provenientes de decomposição da matéria orgânica, evitando sua migração através dos meios porosos que constituem o subsolo. Essas redes de drenagem serão constituídas por drenos verticais de tubos de concreto perfurados, colocados nos locais determinados em projeto. Esses drenos deverão atravessar toda a massa de lixo do aterro no sentido vertical, desde o solo até as camadas superiores. Os drenos de gases terão dimensões nominais de 40 cm de diâmetro e deverão ser furados. O assentamento será no sentido vertical e sem emboçamento, protegidos por uma camisa de brita nº 4 envoltos por uma tela de aços (malha com dimensão de 100x100 mm, fio de 4,20 mm), envolvida com uma manta geotêxtil permeável. Essas estruturas serão inseridas em pontos

Assinado por 2 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) e Marcos Roberto Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?

determinados no projeto antes de começar a colocação da massa de resíduos, acompanhando o crescimento do aterro, de acordo com o desenvolvimento das camadas.

5 - CAPTAÇÃO ÁGUA PLUVIAL INTERIOR DAS VALAS

Naturalmente, as valas das células unificadas do aterro não serão preenchidas de maneira imediata. Desta forma, dada a impermeabilização do fundo das valas, quando da ocorrência de chuvas, há o acúmulo de água, o que pode levar à proliferação de vetores.

Desta forma, é necessária a execução de um sistema de captação de água pluvial, com o objetivo de evitar que o acumulo de águas das chuvas no interior das valas.

Consiste em um sistema de drenagem provisória que deverá drenar as águas pluviais que poderiam ficar acumuladas no interior da vala do aterro, que, além do já citado, poderia infiltrar na massa de lixo, dificultando a operação do aterro e aumentando o volume de líquido percolado (chorume).

As operações com as células de lixo terão início em uma área na cota mais alta, no interior da vala, prosseguindo até a cota mais baixa. Esta área será provida de drenagem de líquidos percolados, que serão construídos no sentido da cota superior para a cota inferior da vala. Os líquidos percolados provenientes dessa pequena área serão captados e conduzidos através de tubulação de drenos primários e secundários até a ligação com tubo que drena os líquidos até o reservatório, esta ligação está localizada na cota mais baixa da vala. Na cota inferior da vala, será nivelado o solo para que aja um ponto de acumulo e captação de águas pluviais. Essa camada de solo compactado terá no ponto mais baixo 0,30 metro de espessura. Dessa forma, a cota de saída das águas pluviais estando numa cota mais alta, facilitará a colocação da tubulação de PVC serie reforçada para captar as águas pluviais até a primeira caixa de sedimentação, infiltração e evaporação. Na extremidade dessa tubulação, será executado uma gaiola de aço em tela de proteção em malha ondulada de 1´, fio 10 (BWG), com requadro em metalon 50x30, medindo 1,20x1,20x2,50 m, envolvida com manta geotêxtil e uma parede de brita graduada de espessura média de 0,50m, mais uma camada de rachão, para drenar apenas a água, não deixando passar resíduos do lixo.

Conforme o andamento das operações, a área para captação das águas pluviais internas da vala terá que ter o seu nível de base elevado, adequando o seu nível sobre as células de lixo compactadas, para o perfeito funcionamento das operações, não deixando acumular as águas pluviais no interior da vala. Este sistema será desativado na medida em que o topo das células de lixo fique mais alto que o nível do terreno natural, ou seja, a borda da vala.

6 - ENCAMINHAMENTO CHORUME - LAGOA DE RESERVAÇÃO

Nas cotas inferiores das novas valas, haverá o encaminhamento dos líquidos percolados captados através dos drenos secundários e primários por meio de tubos d polietileno de alta densidade (PEAD) reforçados, nos diâmetros nominais e traçados indicados em projeto. Promover a escavação do solo de maneira adequada de tal forma a atender as inclinações mínimas e as indicadas em projeto. Após o assentamento dos tubos, promover o reaterro da vala com a correta compactação.

Assinado por 2 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) e Marcos Roberto Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?[illegible]

7 - COMPLEMENTAÇÃO DRENAGEM ÁGUA PLUVIAL - ENTORNO VALAS

Parte integrante do sistema d drenagem provisória, tem por objetivo evitar que as águas pluviais, provenientes da bacia de contribuição do terreno adentrem no interior da área do aterro.

Deverá ser feita a instalação de canaletas de concreto moldadas *in loco* acima das regiões d ancoragem das geomembranas de modo que a água das vias circundantes não adentre na região de deposição das células de lixo, facilitando a operação do aterro e reduzindo o volume de líquido percolado (chorume), durante a fase de consolidação

Além disso, devem ser implantadas curvas de nível para infiltração e evaporação, e plantação de gramíneas nas áreas ainda não utilizadas, para combater a erosão das mesmas.

São Manuel, 06 de fevereiro de 2026.

Ângelo H.D. Vassoler
Engº Civil
CREA-SP nº 5070327595

Assinado por 2 pessoas: Ângelo Henrique Dias Vassoler e Lucia Helena Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?[illegible]

MEMORIAL DESCRITIVO COMPLEMENTAR

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Obra: Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes.
Localização do empreendimento: Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município.
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

2 - DRENAGEM SUPERFICIAL

O sistema de drenagem superficial tem por objetivo coletar e conduzir de forma segura as águas pluviais incidentes sobre as áreas adjacentes, evitando a percolação no maciço de resíduos e o carreamento de material superficial.

A concepção contempla:

- Canaletas pré-moldadas laterais do tipo meia-cana ao longo das rampas e taludes, com revestimento em concreto ou manta geossintética, conduzindo a água até os dispositivos de dissipação de energia;

- Caixas de passagem e dissipadores implantados nos pontos de mudança de declividade, evitando erosões e garantindo o controle de velocidade de escoamento.

Além disso, devem ser implantadas curvas de nível para infiltração e evaporação, e plantação de gramíneas nas áreas ainda não utilizadas, para combater a erosão das mesmas.

2.1 – DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL NO INTERIOR DAS VALAS

Naturalmente, as valas das células unificadas do aterro não serão preenchidas de maneira imediata. Desta forma, dada a impermeabilização do fundo das valas, quando da ocorrência de chuvas, há o acúmulo de água, o que pode levar à proliferação de vetores.

Desta forma, é necessária a execução de um sistema de captação de água pluvial, com o objetivo de evitar que o acumulo de águas das chuvas no interior das valas.

Consiste em um sistema de drenagem provisória que deverá drenar as águas pluviais que poderiam ficar acumuladas no interior da vala do aterro, que, além do já citado, poderia infiltrar na massa de lixo, dificultando a operação do aterro e aumentando o volume de líquido percolado (chorume).

As operações com as células de lixo terão inicio em uma área na cota mais alta, no interior da vala, prosseguindo até a cota mais baixa. Esta área será provida de drenagem de líquidos percolados, que serão construídos no sentido da cota superior para a cota inferior da vala. Os líquidos percolados provenientes dessa pequena área serão captados e conduzidos através de tubulação de drenos primários e secundários até a ligação com tubo que drena os líquidos até o reservatório, esta ligação está localizada na cota mais baixa da vala. Na cota inferior da vala, será nivelado o solo para que aja um ponto de acumulo e captação de águas pluviais. Essa camada de solo compactado terá no ponto mais baixo 0,30 metro de espessura. Dessa forma, a cota de saída das águas pluviais estando numa cota mais alta, facilitará a colocação da tubulação de PVC - série reforçada para captar as águas pluviais até a primeira caixa de sedimentação, infiltração e evaporação. Na extremidade dessa tubulação, será executado uma gaiola de aço em tela de proteção em malha ondulada de 1´, fio 10 (BWG), com requadro em metalon 50x30, medindo 1,20x1,20x2,50 m, envolvida

Assinado por 2 pessoas: LUCIANA LORENZINI e LUCIANO LORENZINI
Para verificar as assinaturas, vá ao site https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx e informe o código 0000056-0324-4772-9233-84dd5b0d5d0d
Assinado por 1 pessoa: Luciano Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?c=0000056-0324-4772-9233-84dd5b0d5d0d

com manta geotêxtil e uma parede de brita graduada de espessura média de 0,50m, mais uma camada de rachão, para drenar apenas a água, não deixando passar resíduos do lixo.

Conforme o andamento das operações, a área para captação das águas pluviais internas da vala terá que ter o seu nível de base elevado, adequando o seu nível sobre as células de lixo compactadas, para o perfeito funcionamento das operações, não deixando acumular as águas pluviais no interior da vala. Este sistema será desativado na medida em que o topo das células de lixo fique mais alto que o nível do terreno natural, ou seja, a borda da vala.

3 - DRENAGEM SUBSUPERFICIAL (LIXIVIADOS)

O sistema de drenagem subsuperficial visa coletar e conduzir os líquidos percolados (lixiviados) para o sistema de reservação, impedindo seu acúmulo e o aumento de pressão neutra no interior do aterro.

Na base do Aterro, sobre a camada de proteção da manta, e entre as camadas de resíduos serão implantados drenos de coleta de líquidos percolados. Estes drenos garantirão o escoamento dos percolados para fora da massa de resíduos reduzindo, assim, a poluição das águas subterrâneas e melhorando a estabilidade da massa de resíduos do Aterro.

A estrutura é composta por camada drenante de material granular, com espessura mínima de 30 cm, sobreposta ao sistema de impermeabilização; tubo dreno corrugado perfurado (PEAD em diâmetro nominal conforme projeto específico), envolto em manta geotêxtil não tecida para evitar colmatação; com declividade mínima de 2%, conduzindo os lixiviados até o local de reservação/acumulação.

O sistema de drenagem de líquidos percolados deve ser interligado ao sistema de drenagem de gases, permitindo assim um melhor escoamento dos líquidos e gases.

4 - SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES

Com o avanço da decomposição dos resíduos, há geração de gases (principalmente metano e dióxido de carbono). O sistema projetado tem por finalidade aliviar as pressões internas e permitir a respectiva queima.

Para tal, é previsto a instalação de drenos verticais de gases constituídos por tubos perfurados em PEAD (diâmetro 400 mm), envoltos em camada de brita e geotêxtil, implantados desde a base até a camada de cobertura intermediária.

A queima dos gases gerados em aterro é fundamental para a diminuição da poluição atmosférica, uma vez que os efeitos da liberação do biogás com elevada concentração de CH4 é mais prejudicial ao meio ambiente. Ao final dos drenos, devem ser instalados queimadores ou flaires do tipo aberto com ignição manual, visando uma redução de custos de todo o sistema.

Para tanto, na extremidade superior do dreno concluído serão dispostos dois tubos de concreto Ø0,40m, preenchidos parcialmente com concreto magro. Na metade do tubo inferior será instalado um tubo de PVC perfurado de Ø 100 mm, o qual será conectado a um tubo de aço galvanizado de Ø 20 mm que atravessa o concreto magro. Na extremidade do tubo de aço será instalado um queimador tipo flair. Como forma de evitar eventuais acidentes ocasionados por mudanças bruscas na direção das chamas, deve-se realizar o isolamento em um raio de 2 m de distância dos flaires localizados próximos a circulação de pessoas ou máquinas.

5 - SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO ("LINER")

O sistema de impermeabilização inferior ou de fundo tem por objetivo isolar os resíduos, evitando o fluxo de percolado no solo, devendo, portanto, ser aplicado também nas regiões de taludes à medida que for aumentando as cotas da disposição.

Assinado por 2 pessoas: Lucia Helena Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e=

O sistema de impermeabilização inferior ou de fundo e de taludes previsto para a área envolvida no projeto do Aterro será composto, da parte inferior para a superior, dos seguintes elementos:

- Regularização e compactação da base em solo argiloso, com espessura mínima de 50 cm e permeabilidade ≤ 1×10^{-7} cm/s;

- Camada impermeabilizante em Geomembrana de PEAD 2,0 mm de espessura, termossoldada em campo, com controle de qualidade de solda e estanqueidade;

- Camada de proteção mecânica sobre a geomembrana nos taludes por meio de pneus unidos em rede, e uma camada de 0,60 m de argila compactada (k ≤ 10-6 cm/s - Proctor normal de 95%).

A camada de argila tem por objetivo apresentar uma barreira muito impermeável impedindo qualquer infiltração dos líquidos percolados para o meio ambiente. Essa camada composta de material natural que é a argila serve de garantia em longo prazo, pois a perenidade de suas características de impermeabilidade é melhor que a da geomembrana. Além disso, essa camada de argila apresenta uma espessura importante (0,50 m) que reduz as solicitações mecânicas na geomembrana quando da implantação e da operação do Aterro.

5 - SISTEMA DE ISOLAMENTO FÍSICO ("LINER")

O sistema de isolamento físico do entorno é constituído por cercamento perimetral em cercas de arame farpado com mourões de eucalipto, possuindo, ainda, um cinturão verde, com o objetivo de reduzir a dispersão de odores e ruídos pelo vento para as áreas circunvizinhas ao Aterro, bem como reduzir a degradação da paisagem. Isso evita o acesso indevido e garante o controle operacional do aterro.

6 - ANÁLISE DE ESTABILIDADE DO ALTEAMENTO DAS CAMADAS DE RESÍDUOS

A estabilidade global do maciço do aterro deverá ser analisada considerando os critérios geotécnicos e de segurança estabelecidos pela ABNT NBR 11682/2009 (Estabilidade de Taludes) e pela ABNT NBR 8419/2012 (Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos).

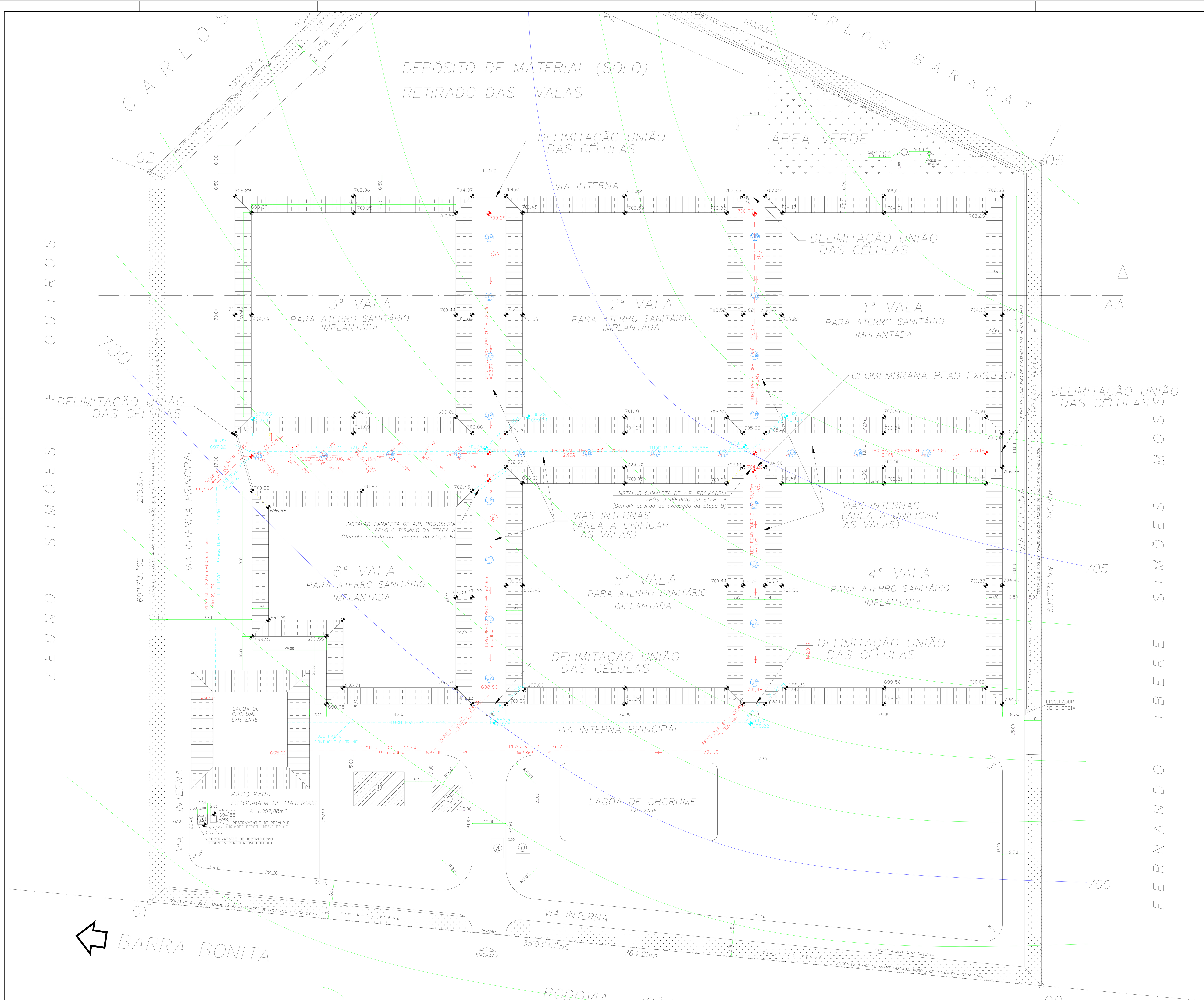
A análise deverá ser feita pelo método do equilíbrio limite (Bishop Simplificado, ou Spencer, Janbu ou Mongestern-Price), adotando-se perfis representativos do corpo de resíduos e considerando a atuação de lixiviados, cargas de cobertura e pressões neutras, verificando-se as condições de estabilidade interna entre as camadas de resíduos compactados; estabilidade global do conjunto (resíduos + camada de base + solo natural); e estabilidade da cobertura final, considerando as cargas de recalque e drenagem superficial; obtendo-se assim fatores de segurança superiores aos mínimos exigidos pelas normas técnicas, garantindo a estabilidade do maciço durante as fases de operação e pós-encerramento.

O alteamento das camadas deverá ser realizado de modo a permitir a deposição controlada, com compactação em camadas de 0,6 m e controle rigoroso de umidade e densidade, assegurando a integridade estrutural e funcional do aterro.

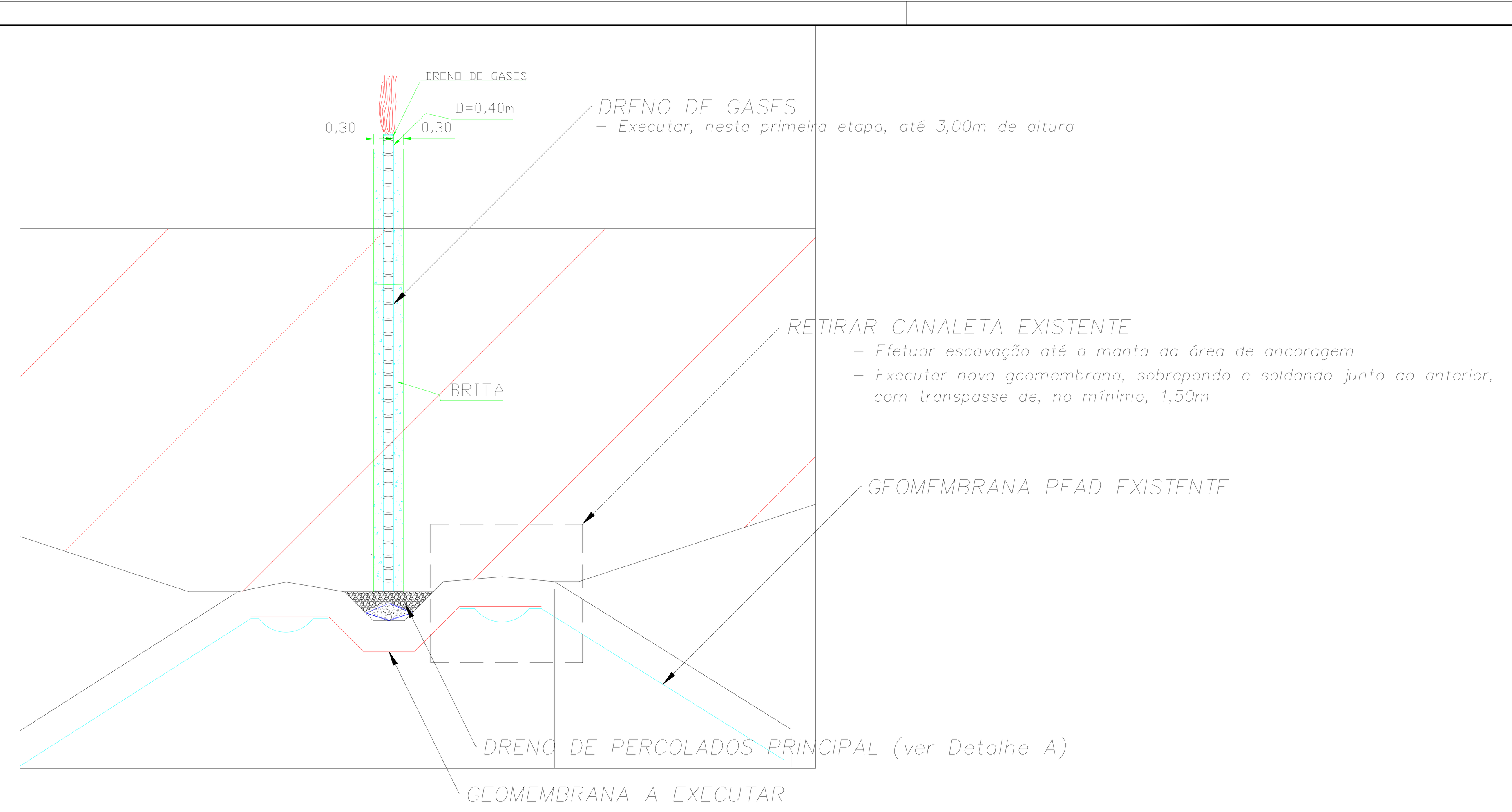
São Manuel, 06 de fevereiro de 2025.

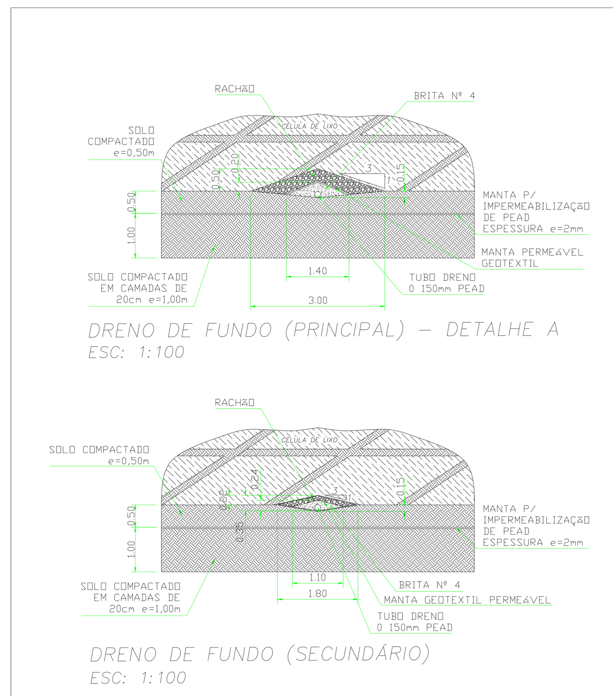
Ângelo H.D. Vassoler
Engº Civil
CREA-SP nº 5070327595

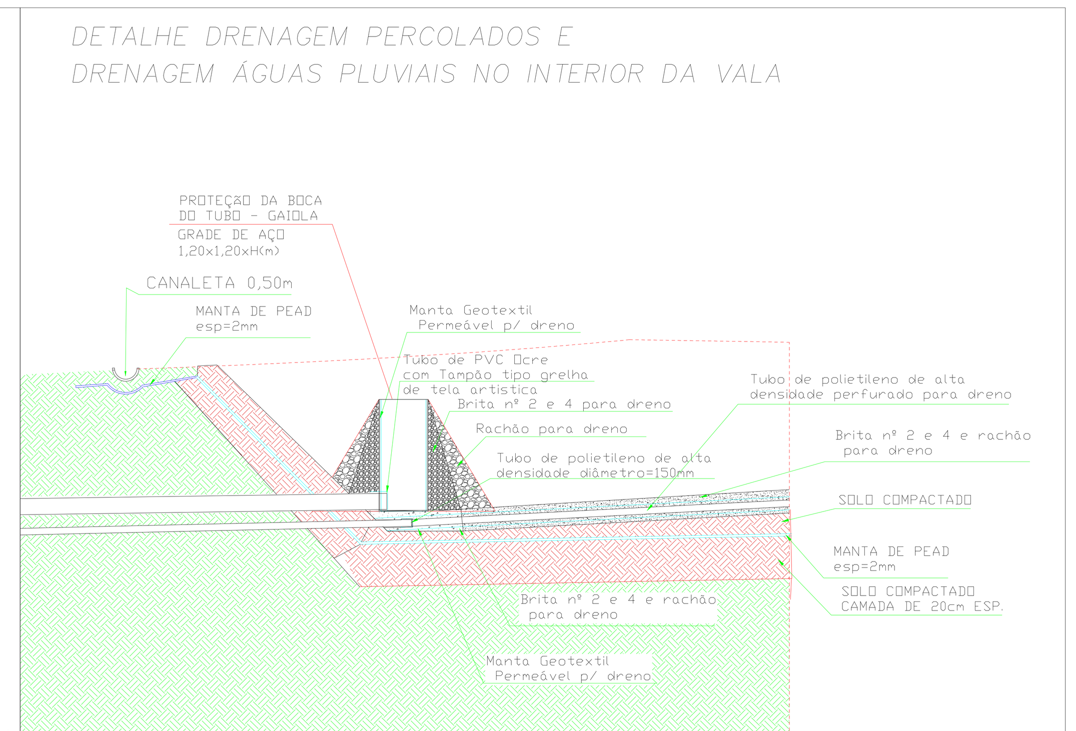
Assinado por 2 pessoas: ANGELO HENRIQUE DIAS VASSOLER e Luciano Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.
Link de validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e0000066-0021-4772-9233-84dfe6e00550

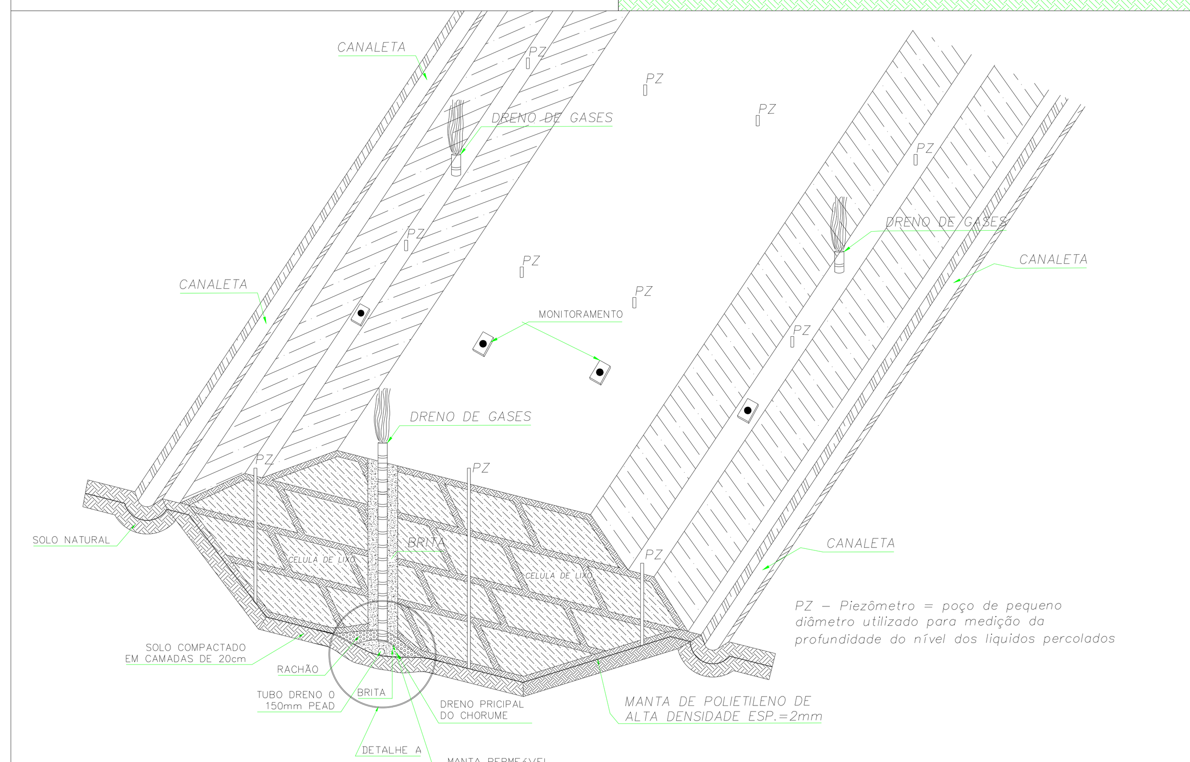


IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
ESCALA: 1:500

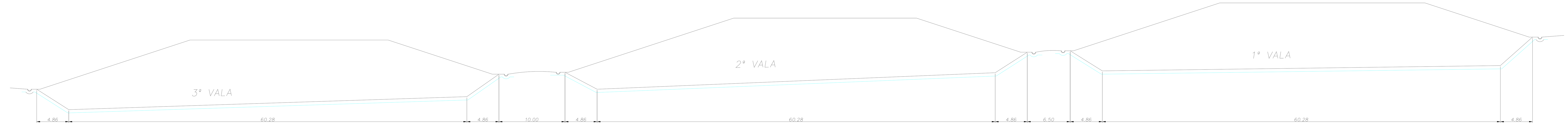




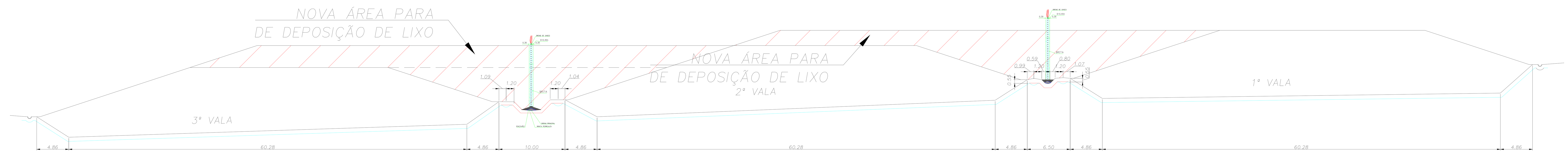




CORTE DO ATERRO
S/ESCALA



CORTE AA
CONFIGURAÇÃO ATUAL
1:250



CORTE AA
CONFIGURAÇÃO PRETENDIDA
1:250

LEGENDA

- Dreno de gases
- Rede existente (condução de AP ou chorume)
- Nova Rede de drenagem de percolados
- Sentido de escoamento

NOTA

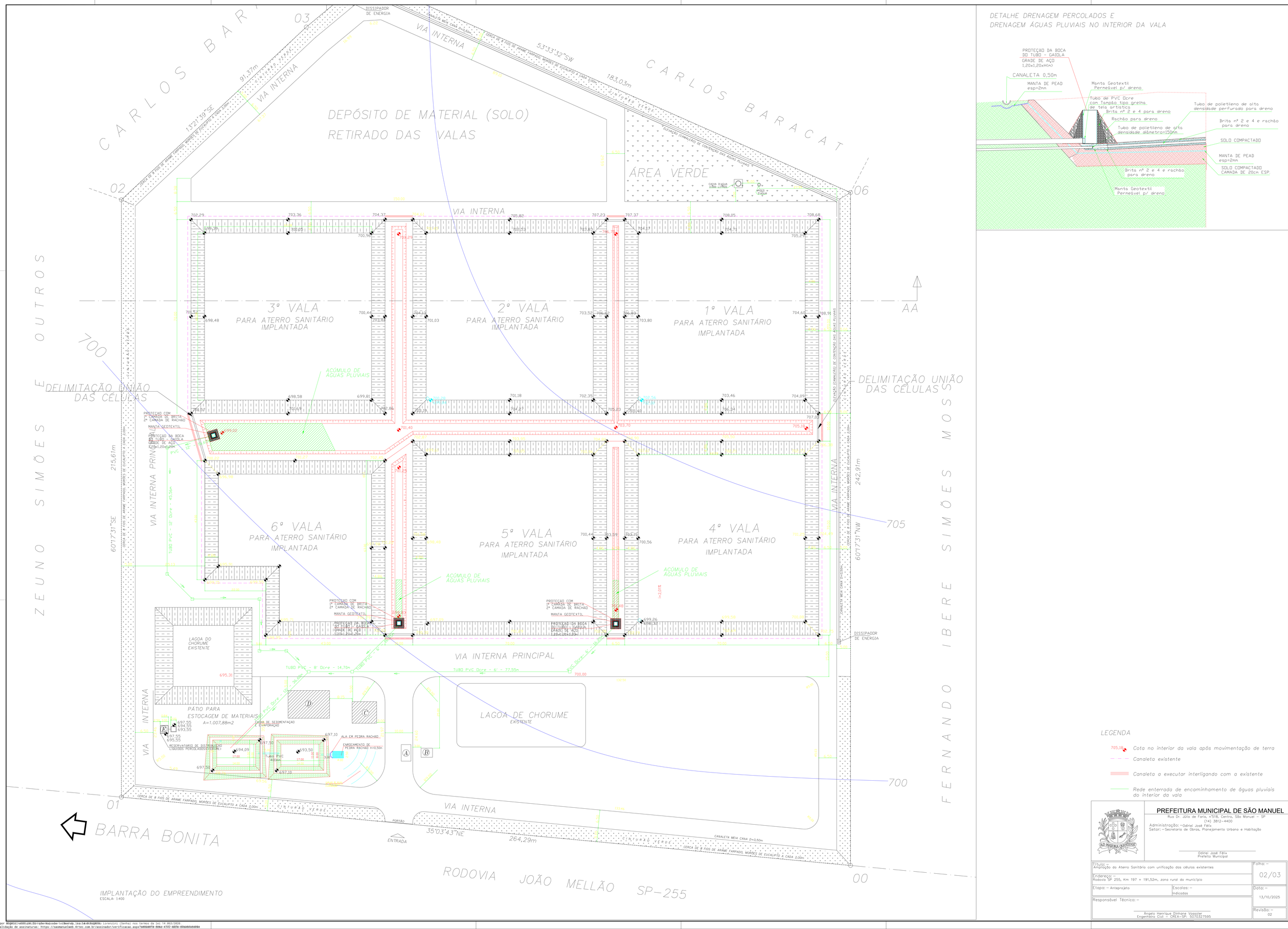
Ver movimentação de terra e drenagem de águas pluviais no interior da vala na Folha 02/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL
Rua Dr. Júlio de Faria, nº518, Centro, São Manuel – SP
(14) 3812-4400
Administração: –Odirlei José Félix
Setor: –Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Habitação

Odirlei José Félix
Prefeito Municipal

Título: – Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes	Folha: – 01/03
Endereço: – Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município	
Etapa: – Anteprojeto / Escalas: – Indicadas	Data: – 13/10/2025
Responsável Técnico: – Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil – CREA-SP: 5070327595	Revisão: – 02

... nos termos da lei 14.063/2020.
validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?...



DETALHE DRENAGEM PERCOLADOS E
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS NO INTERIOR DA VALA

LEGENDA

- 705.18 — Cota no interior do vala após movimentação de terra
- Canaleta existente
- Canaleta a executar interligando com a existente
- Rede enterrada de encaminhamento de águas pluviais do interior da vala

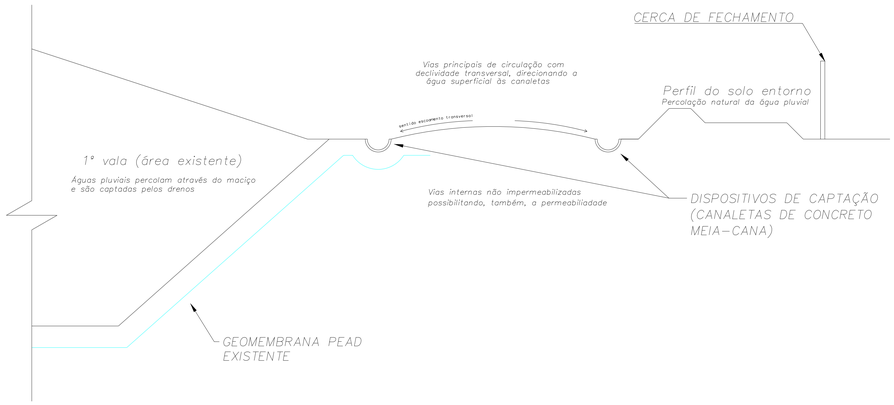
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL
Rua Dr. Júlio de Faria, nº518, Centro, São Manuel – SP
(14) 3812-4400
Administração: – Gabriel José Félix
Setor: – Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Habitação

Gabriel José Félix
Prefeito Municipal

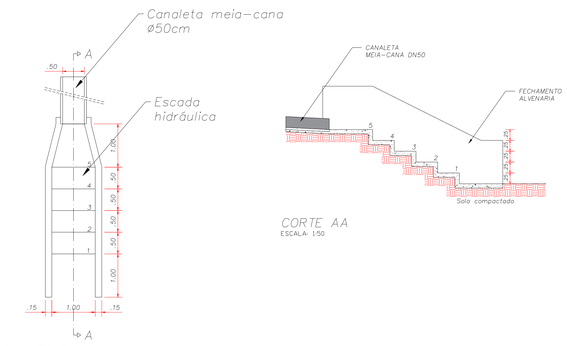
Título: – Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes	Folha: – 02/03
Endereço: – Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município	
Etapa: – Anteprojeto / Escalas: – Indicadas	Data: – 13/10/2025
Responsável Técnico: – Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil – CREA-SP: 5070327595	Revisão: – 02

gerado por 80381870055 em 22/10/2025 às 08:36:16 por Gabriel José Félix Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020
validação de assinaturas: https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?b02b86f8-866d-4192-8878-85bb86b60894

DETALHE DRENAGEM SUPERFICIAL ÁREAS DE CIRCULAÇÃO DO ATERRO



DISSIPADORES DE ENERGIA AO FINAL DAS CANALETAS DAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO

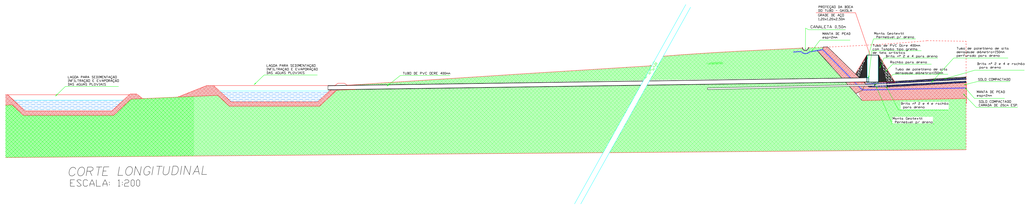


PLANTA BAIXA
ESCALA: 1:50

CORTE AA
ESCALA: 1:50

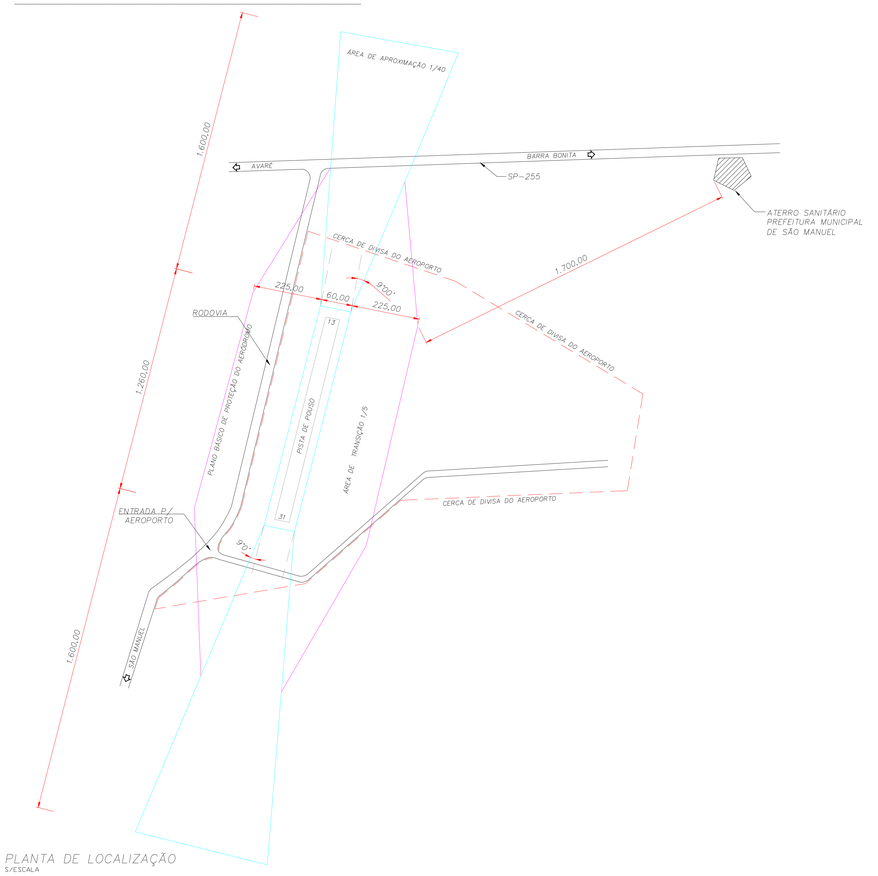
ENCAMINHAMENTO ÁGUA PLUVIAL

Direcionamento das águas pluviais para lagoas de sedimentação e evaporação, com dissipador em enrocamento de pedras rachão



CORTE LONGITUDINAL
ESCALA: 1:200

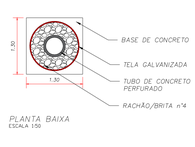
DISTÂNCIA PISTA DE POUSO AO EMPREENDIMENTO



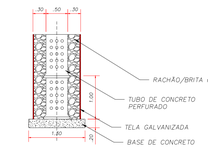
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
S/ESCALA

DRENO DE GASES

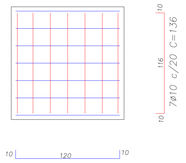
O sistema de drenagem de gases será constituído de drenos verticais, afastados entre si de no máximo 20,00 m, constituídos de um tubo de concreto perfurado (Ø 0,40 m), envolto por rachão contido por uma tela metálica.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:50



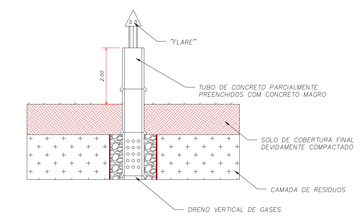
ELEVAÇÃO
ESCALA 1:50



7ø10 c/20 C=140

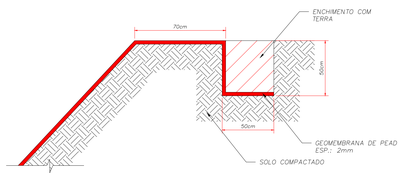
DETALHE ARMADURA BASE
ESCALA 1:25

Na extremidade superior do dreno concluído será provida de dois tubos de concreto Ø 0,40 m, preenchidos parcialmente com concreto magro. Na metade do tubo inferior será instalado um tubo de PVC perfurado de Ø 100 mm, o qual será conectado a um tubo de aço galvanizado de Ø 20 mm que atravessa o concreto magro. Na extremidade do tubo de aço será instalado um queimador tipo flair.

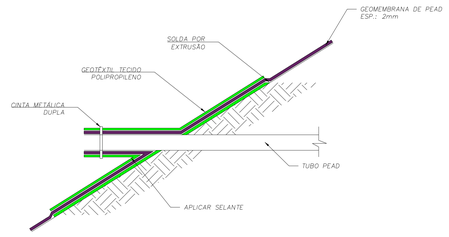


CORTE - TRECHO FINAL DRENO GASES QUEIMADOR "FLARE"
S/ESCALA

IMPERMEABILIZAÇÃO DO SUBSTRATO



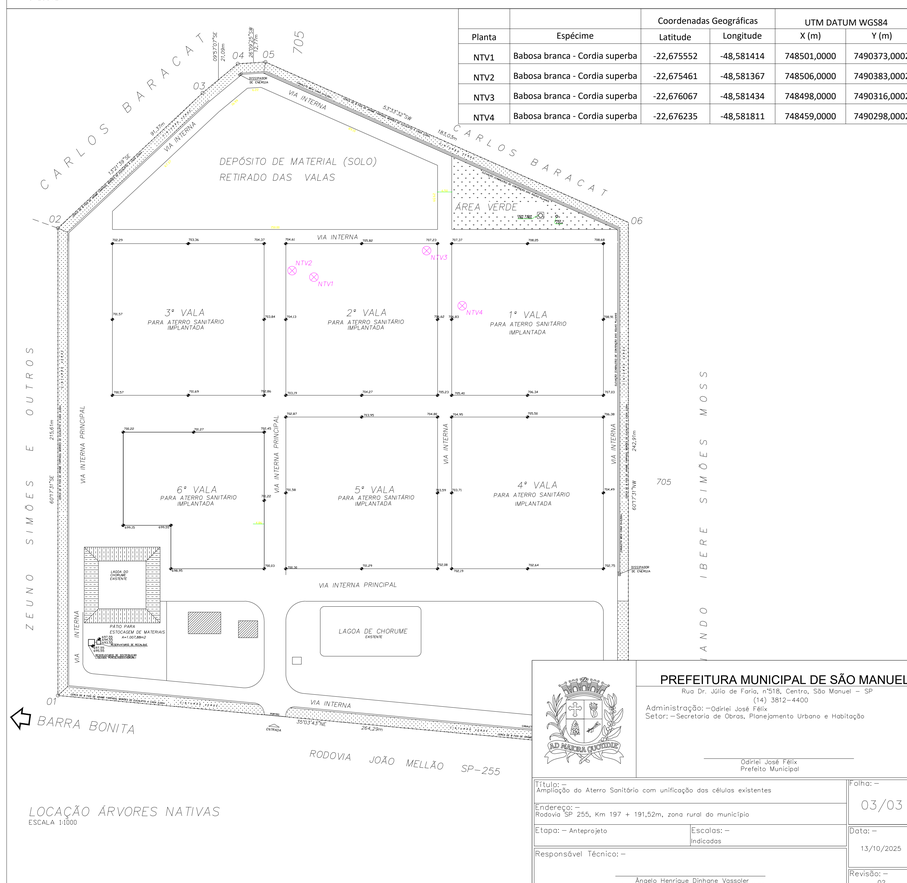
ANCORAGEM MANTA
S/ESCALA



TRANSPASSE TUBOS NÃO PERFURADOS
S/ESCALA

Da instalação das geomembranas:
- Imediatamente antes do início da instalação da geomembrana, deverão ser verificadas as condições da superfície de apoio e das canaletas de ancoragem.
- Abertura e posicionamento da geomembrana:
  - A abertura da bobina deverá ser iniciada a partir da crista dos taludes e feita mecanicamente, de preferência;
  - A geomembrana deverá ser aplicada no sentido da máxima inclinação do talude;
  - A geomembrana deverá ser posicionada de forma a ter o mínimo possível de rugas ou ondas;
  - Deverão ser previstas ancoragens temporárias, tipo sacos de areia ou pneus, que não causem danos a geomembrana, para evitar o levantamento dos painéis pelo efeito do vento;
  - Caso seja inevitável o trânsito de veículos sobre a geomembrana instalada, deverá ser prevista uma proteção, que pode ser feita por exemplo, com um geotêxtil espesso ou ser executada através de uma via de circulação, de tal forma que o equipamento avance sobre a camada já colocada.
- Emendas:
  - As emendas deverão sempre ser executada no sentido da máxima inclinação do talude;
  - Nos cantos e interseções, o número de soldas deverá ser minimizado;
  - Não deverão ser realizadas emendas horizontais nos finais e no início de painéis ao longo do talude, na parte superior do talude e a uma distância menor que 1,50 m do pé do talude, no fundo;
  - Os transpasses entre painéis a serem emendadas deverão ser de aproximadamente 10 cm para soldas por termofusão;
  - Antes do início da solda, os transpasses deverão estar limpos e isentos de umidade.

		Coordenadas Geográficas		UTM DATUM WGS84	
Planta	Espécime	Latitude	Longitude	X (m)	Y (m)
NTV1	Babosa branca - Cordia superba	-22,675552	-48,581414	748501,0000	7490373,0002
NTV2	Babosa branca - Cordia superba	-22,675461	-48,581367	748506,0000	7490383,0002
NTV3	Babosa branca - Cordia superba	-22,676067	-48,581434	748498,0000	7490316,0002
NTV4	Babosa branca - Cordia superba	-22,676235	-48,581811	748459,0000	7490298,0002



LOCAÇÃO ÁRVORES NATIVAS
ESCALA 1:1000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL
Rua Dr. Júlio de Faria, nº518, Centro, São Manuel – SP
(14) 3812-4400
Administração: – Odiriel José Félix
Setor: – Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Habitação

Odiriel José Félix
Prefeito Municipal

Título: – Ampliação do Aterro Sanitário com unificação das células existentes		Folha: – 03/03
Endereço: – Rodovia SP 255, Km 197 + 191,52m, zona rural do município		
Etapa: – Anteprojeto	Escalas: – indicadas	Data: – 13/10/2025
Responsável Técnico: – Ângelo Henrique Dinhane Vassoler, Engenheiro Civil – CREA–SP: 5070327595		Revisão: – 02

Este documento foi assinado digitalmente por ANGELO HENRIQUE DINHANE VASSOLER:46481874855 e DIOGO LORENZINI:36218480830.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturadigital.iti.gov.br e utilize o código verificador: 1a1c1a0b8d2d0f0b.
Este documento foi assinado digitalmente por Diogo Lorenzini (Senha) nos termos da Lei 14.063/2020.
Para verificar as assinaturas, acesse https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?00fd0d05-556d-4233-823a-8d6d36b65834